Cantanhede
Município

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS PCC21

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS 4
ÍNDICE DE QUADROS 4
GLOSSÁRIO DE SIGLAS 4
1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 5
1.1. Introdução 5
1.2. Enquadramento Legal 6
1.3. Métodos e Procedimentos de Consolidação 6
1.4. Perímetro de Consolidação Orçamental e Financeiro 8
1.5. Caracterização das Entidades do Grupo 10
1.5.1. Município de Cantanhede 10
1.5.2. Associação Beira Atlântico Parque 10
1.5.3. BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia 11
1.5.4. INOVA-Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A. 11
1.6. Análise Orçamental Consolidada 11
1.6.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental - Recebimentos 12
1.6.2. Demonstração consolidada do desempenho orçamental - Pagamentos 13
1.6.3. Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por natureza 14
1.7. Análise Económico-Financeira Consolidada 14
1.7.1 Balanço Consolidado 14
1.7.2 Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza 15
1.7.3 Demonstração consolidada de alterações do Património Líquido 16
1.7.4 Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 16
1.8 Indicadores de Gestão 17
1.9. Endividamento 19
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 20
2.1 Balanço Consolidado 21
2.2 Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada 23
2.3 Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido 25
2.4 Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 27
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 29
NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO 30
NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS 31
NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS 31
NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 31
NOTA 6 - LOCAÇÕES 32
NOTA 7 - CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 33

Documento Assinado Digitalmente

NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO 33
NOTA 9 - IMPARIDADE DE ATIVOS 34
NOTA 10 - INVENTÁRIOS 34
NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES 35
NOTA 17 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO COMPLETAR 36
NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS 37
NOTA 19 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS 43
NOTA 20 - DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS 44
NOTA 22 - INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES 45
NOTA 23 - OUTRAS DIVULGAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES, OU EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS, PARA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DO PERÍODO 45
3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS 50
3.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental 51
4. ANEXOS 53
ANEXO I – POLITICAS CONTABILISTICAS 54
RESPONSÁVEIS PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 58
RESPONSÁVEIS PELAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS 61
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 64
TERMO DE ENCERRAMENTO 69

Documento Assinado Digitalmente

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Perímetro de Consolidação 8

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Balanço Consolidado Sintético 14

Quadro 2 - Evolução e estrutura da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada 15

Quadro 3 – Demonstração das alterações no Património Líquido Consolidada 16

Quadro 4 – Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada 17

Quadro 5 - Indicadores Económico-Financeiros 17

Quadro 6 – Dívida Bruta 19

Quadro 7 – Passivo não Corrente (4 anos) 19

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABAP - Associação Beira Atlântico Parque.

BIOCANT - BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia.

CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

INOVA - INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede EM-S.A..

MC - Município de Cantanhede.

MCI - Método de Consolidação Integral.

MEP - Método da Equivalência Patrimonial.

MSA - Método da Simples Agregação.

POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

SATAPOCAL - Subgrupo de Apoio na Aplicação do POCAL.

SNC - Sistema de Normalização Contabilística.

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Documento Assinado Digitalmente

1. Relatório de gestão consolidado

1.1. Introdução

Os Municípios têm vindo a recorrer a formas organizacionais de natureza diversa, desenvolvendo as suas atribuições e competências numa ótica de grupo municipal. A gestão autárquica é sistematicamente sujeita a escrutínio e os Municípios utilizam modelos de serviços diferentes dos que tradicionalmente lhe eram característicos. Os desafios são, atualmente, crescentes decorrendo da diversificação das atribuições e competências que lhes foram e serão imputadas.

A necessidade de uma maior autonomia e agilidade em domínios em que isso é essencial, conduziu as Autarquias a, dentro do quadro legal vigente, deslocarem parte da sua atividade para outro tipo de organizações, de natureza associativa ou empresarial, agindo estas na lógica e no interesse do grupo municipal. Exemplo destes modelos organizativos são os serviços municipalizados, as empresas municipais, as associações de municípios e as empresas intermunicipais.

Resulta desta evolução, um aumento da interligação e dos níveis de dependência entre as várias entidades. Assim a apresentação individual das contas por cada uma das entidades começou a tornar-se manifestamente insuficiente, comprometendo a visão global da situação económica e financeira do Grupo.

Desta realidade resulta o conceito de Grupo Autárquico. Este Grupo é composto por entidades diversas, que podem apresentar diferentes formas organizacionais e em que o Município participa ou controla.

Assim a consolidação de contas representa um instrumento essencial que permite a melhoria da informação contabilística prestada pela administração local, fornecendo numa base mais real e rigorosa para a tomada de decisões por parte dos órgãos autárquicos, seja ao nível da avaliação do risco financeiro, seja no âmbito do controlo e coordenação das atividades que compõem o grupo municipal, bem como na avaliação das políticas públicas locais.

A consolidação é, no fim de contas, um processo contabilístico que consiste em agregar as contas de uma entidade mãe com o conjunto das entidades compreendidas no seu perímetro de consolidação, de modo que, as contas resultantes representem a situação financeira e os resultados das operações do grupo, como de uma única entidade se tratasse, permitindo assim uma melhor análise e avaliação das políticas públicas locais. Deste modo é possível dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do Grupo, permitindo também, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns, convergindo no sentido das boas práticas de governação, na medida em que são um poderoso auxiliar da gestão autárquica ao sintetizar o desempenho económico e financeiro do Grupo Municipal.

Face a esta clarificação fica evidente a importância de serem apresentadas, para além das contas individuais a que as autarquias estão obrigadas, também as contas consolidadas do Grupo Municipal em que a autarquia se enquadra.

Documento Assinado Digitalmente

1.2. Enquadramento Legal

A consolidação de contas consiste na apresentação das contas dos municípios que detenham serviços municipalizados e/ou capital de entidades do sector empresarial local, como se de uma única entidade se tratasse.

É um processo complexo e que consiste em agregar as contas da entidade consolidante, ou mãe, com as entidades que fazem parte do Grupo, de modo que as contas reflitam a situação financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, pretendendo apresentar os resultados das operações que as entidades do grupo efetuem com terceiros.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação prevê no n.º 1 do artigo 75.º , a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, "*os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*" devendo ainda ser consolidadas, de acordo com o n.º 6 do mesmo artigo, as empresas locais, na proporção da participação ou detenção, os serviços intermunicipalizados, as entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais.

Dado cumprimento aos termos legais, o executivo da Câmara Municipal de Cantanhede, apresenta para apreciação referente ao exercício de 2021:

- Relatório de Gestão Consolidado;
- Demonstrações Financeiras Consolidadas:
  - Balanço Consolidado;
  - Demonstração dos resultados por naturezas consolidada;
  - Demonstração das alterações do património líquido consolidada;
  - Demonstração de fluxos de caixa consolidado;
  - Anexo às demonstrações financeiras;
- Demonstrações orçamentais consolidadas:
  - Demonstração Consolidada do desempenho orçamental;

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC AP), é aplicado a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local, que não tenham, forma, designação de empresa, assim como ao subsetor da segurança social e às entidades públicas que tenham sido reclassificadas.

1.3. Métodos e Procedimentos de Consolidação

Os métodos e procedimentos de consolidação são aplicados de forma consistente de um exercício para o outro. Devem ser preparadas na mesma base contabilística, combinando as demonstrações financeiras de toda as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação previsto no n.º 1 do artigo 75.º da LFL.

Estipula o n.º 8 do artigo 75.º do RFALEI que os *"procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo"*.

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as participações detidas direta ou indiretamente seja pelo município, associações de municípios, independentemente da sua tipologia

Documento Assinado Digitalmente

e das áreas metropolitanas são assim consideradas de forma agregada como sendo uma única participação relativa.

A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Cantanhede, é elaborada de acordo com o preconizado na NCP 22 – Demonstrações Financeiras, que estabelece os requisitos contabilísticos, socorrendo-se, no entanto, de outras Normas, sempre que o juízo profissional o recomende.

Podem ainda aplicar-se as seguintes normas:

- EC - Estrutura Conceptual
- NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
- NCP 18 – Instrumentos Financeiros
- NCP 20 – Divulgações de Partes Relacionadas

Na elaboração das contas consolidadas o Município de Cantanhede adotou o Método da Consolidação Integral. Trata-se de um método adotado em situações de controlo exclusivo e consiste na integração no Balanço e na Demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demostrações de resultados das entidades consolidadas e da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante. A consolidação integral é o método mais representativo da consolidação, pois permite dar uma imagem do património, da situação financeira e do resultado de um grupo como se estas formassem uma só entidade.

A preparação e apresentação das Demonstrações Orçamentais Consolidadas do Município de Cantanhede foi elaborada dando cumprimento a NCP 26, nomeadamente no seu ponto 7.3.

O método utilizado foi o da Consolidação Simples, suportado pelas contas da Classe Zero – Contabilidade Orçamental, apenas possível para as entidades obrigadas à utilização do SNC AP. No caso do Grupo, apenas o Município reúne esse requisito.

A operação de consolidação, financeira e orçamental, comporta as seguintes fases:

- Homogeneização de critérios entre as entidades a consolidar;
- Acumulação dos valores das diferentes rubricas das demonstrações financeiras (ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa) e orçamentais (obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos);
- Eliminação dos reflexos de operações recíprocas, tanto financeiras como orçamentais;
- Repartição dos capitais próprios entre a parte detida pela entidade-mãe e pelas outras entidades (interesse minoritários);
- Evidência da diferença entre o valor da participação financeira contabilizada no ativo e a correspondente fração que lhe corresponde dos capitais próprios (diferenças de consolidação);
- Eliminação do valor da participação financeira com a eliminação simultânea da situação líquida (no momento de aquisição) da entidade consolidada.

De referir que não foi ainda possível adequar o Manual de Consolidação da Autarquia aprovado, ao novo referencial contabilístico.

As demonstrações financeiras individuais de todas as entidades envolvidas no perímetro de consolidação reportam a 31/12/2021.

Documento Assinado Digitalmente

1.4. Perímetro de Consolidação Orçamental e Financeiro

O perímetro de consolidação, no caso da administração local, é composto pelo conjunto de entidades que estão englobadas neste subsetor, e abrange as entidades cujas contas são objeto de consolidação e em relação às quais serão apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, assim como a identificação dos correspondentes métodos de integração.

Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, estabelece que em matéria de consolidação de contas, existem dois tipos de perímetro de consolidação:

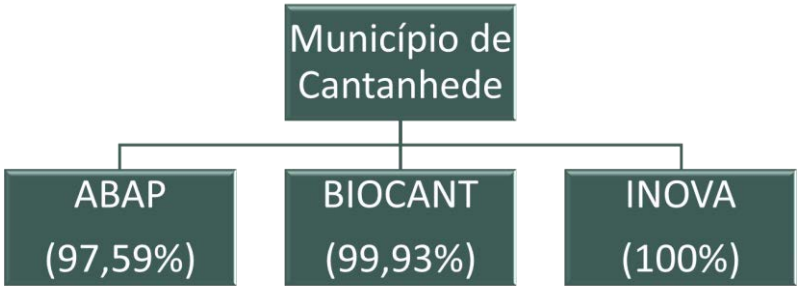
- Perímetro de consolidação de natureza orçamental, (NCP 26):
  - Administração Central e SS – Perímetro OE
  - Regiões Autónomas – Perímetro OR
  - Administração Local – Perímetro Estatístico (SEC 2010)
- Perímetro de natureza financeira (NCP 22):
  - Administração Central e SS – Perímetro OE
  - Regiões Autónomas – Perímetro OR
  - Administração Local – Perímetro Estatístico (SEC 2010)
  - Entidades controladas pelas Administrações Públicas (aplicação da NCP 22)

Embora o SNC AP não estabeleça explicitamente os pressupostos da presunção de controlo, para as Autarquias locais, tal lacuna é preenchida pelo artigo 75.º do RFALEI, nos n.ºs 4 e 5.

Assim no número 1 do artigo 75.º do RFALEI é estabelecido que os municípios "*apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*" sendo que segundo o n.º 3 do artigo 75.º, o grupo autárquico constitui-se pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, *"…considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades*". A entidade mãe ou consolidante são os municípios, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal.

A identificação das entidades que compõem o perímetro da consolidação resulta da aplicação conjunta do estabelecido na alínea b) e na subalínea i) da alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do RFALEI. Para além destas, determina também o n.º 6 deste artigo que "*devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais*".

Figura 1 – Perímetro de Consolidação



Presume-se a existência de controlo, relativamente a outra entidade, quando se verifique pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou resultado:

Documento Assinado Digitalmente

- A faculdade de vetar os orçamentos;
- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

No caso do Município de Cantanhede, o perímetro de consolidação é composto:

- Município de Cantanhede (MC),
- Associação Beira Atlântico Parque (ABAP)1,
- BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia (BIOCANT)2 e
- INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A., nos termos da **Figura 1**.

Apresenta-se o conjunto de entidades, participadas pelo Municipio, com as quais não consolida uma vez que não existe controlo.

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Participação Direta Capital %	Motivos da sua exclusão
ERSUC - Resíduos sólidos do Centro, S.A.	Rios Frios 3025 - 607 Vil de Matos	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	1,67	Inexistência de Controlo / Sem influência significativa
Águas do Centro Litoral, S.A.	Av. Dr. Luís Albuquerque, ETA da Boavista, 3030-410 Coimbra	Tratamento de águas residuais	0,50	Inexistência de Controlo / Sem influência significativa
AREAC - Agência Regional Energia e Ambiente Centro	Rua Dr. Rosa Falcão, N.º 133 3220 - 216 Miranda do Corvo	Outras atividades associativas, não especificadas	6,25	Inexistência de Controlo / Sem influência significativa
Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção ITECONS	Pólo II da Universidade de Coimbra Rua Pedro Hispano 3030 - 289 Coimbra	Outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	0,97	Inexistência de Controlo / Sem influência significativa
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	Rua do Brasil, 131 3030 - 175 Coimbra	Administração Pública - atividades económicas	3,53	Inexistência de Controlo / Sem influência significativa
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	Coimbra iParque, Lote n.º 15, 3040 - 540 Coimbra	Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	4,81	Inexistência de Controlo / Sem influência significativa

[1] Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da subalínea i) da alínea c), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.

[2] Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da subalínea i) da alínea c), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.

Documento Assinado Digitalmente

Embora o SNC AP não estabeleça explicitamente os pressupostos da presunção de controlo, para as Autarquias locais tal lacuna é preenchida pelo artigo 75.º do RFALEI, nos n.ºs 4 e 5.

Assim no n.º 1 do artigo 75.º do RFALEI é estabelecido que os municípios "*apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*" sendo que segundo o número 3 do artigo 75.º, o grupo autárquico constitui-se pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta*, "…considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades*".

A identificação das entidades que compõem o perímetro da consolidação resulta da aplicação conjunta do estabelecido na alínea b) e na subalínea i) da alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do RFALEI. Para além destas, determina também o n.º 6 deste artigo que "*devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais*".

1.5. Caracterização das Entidades do Grupo

1.5.1. Município de Cantanhede

Denominação:	Município de Cantanhede
NIPC:	506 087 000
Atividade (Objeto Social):	Autarquia Local, com exercício das competências legalmente atribuídas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
Património (euros):	49.700.191,99 euros
Sistema	Sistema de Normalização Contabilística (SNC AP)

1.5.2. Associação Beira Atlântico Parque

Denominação:	Associação Beira Atlântico Parque (ABAP)
NIPC:	504 843 354
Atividade (Objeto Social):	Exercício de atividades de investigação, desenvolvimento experimental e demonstração, a promoção, a inovação e a difusão tecnológica, a formação e a informação científica e técnica, a criação de infraestruturas de apoio tecnológico aos diversos setores de atividade económica, bem como as ações que contribuam para a modernização e desenvolvimento da área dos municípios abrangidos geograficamente.
Capital Social	2.444.360,81 euros
Participação do	97,59% no Capital Social da entidade
Sistema	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

Documento Assinado Digitalmente

1.5.3. BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia

Denominação:	BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia (BIOCANT)
NIPC:	506 340 473
Atividade (Objeto Social):	Exercício de atividades de promoção do desenvolvimento económico com base no conhecimento, aliando a excelência da investigação e do desenvolvimento ao fomento do empreendedorismo e da produção industrial.
Capital Social	4.110.000,00 euros
Participação do	99,93%, no Capital Social da entidade
Sistema	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

1.5.4. INOVA-Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A.

Denominação:	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A.(INOVA, EM)
NIPC:	506 091 481
Atividade (Objeto Social):	Exercício de atividades de gestão e exploração dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de resíduos urbanos do Município de Cantanhede, a gestão do sistema de limpeza urbana pública, a realização de eventos e feiras, a criação, a gestão e exploração de uma rede de transportes urbanos, a administração, manutenção e realização de investimentos nos espaços verdes, a gestão da Quinta Biológica e a gestão do Complexo Desportivo de Ançã.
Capital Social	11.647.332,00 euros
Participação do	100,00%, no Capital Social da entidade
Sistema	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

1.6. Análise Orçamental Consolidada

A consolidação exige um trabalho prévio de análise das contas das diversas entidades que compõem o perímetro de consolidação. No caso do Município, o orçamento é um documento previsional obrigatório e vinculativo pois nenhuma despesa pode ser efetuada sem estar devidamente contemplada e dotada. A informação orçamental é diretamente extraída do Sistema Informático a todo o momento, o que não acontece com as restantes entidades do Grupo Autárquico, pelo que a Prestação de Contas Consolidada, no que diz respeito às demostrações orçamentais exige um exercício prévio de enquadramento em rubricas orçamentais, das rubricas financeiras, das entidades consolidantes de modo a que a informação obtida seja tão fiável quanto possível, uma vez que em alguns momentos se pretende comparar o incomparável.

Na prestação de Contas Consolidada de 2021, o Município, apesar das dificuldades anteriormente mencionadas conseguiu elaborar a Demostração Consolidada de Desempenho Orçamental tendo por

Documento Assinado Digitalmente

base as Demostrações de Fluxos de Caixa das entidades, onde constam os pagamentos e os recebimentos por tipologia.

1.6.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental - Recebimentos

O quadro seguinte retrata a execução da ***receita consolidada*** que totalizou o montante de 44.248.449,91 euros. Analisando o peso relativo de cada entidade neste montante verifica-se que 71,21% se referem ao Município, 26,48% à INOVA, 0,16% à ABAP e 2,15% à BIOCANT.

RUBRICA RECEBIMENTOS	2021
Saldo da gerência anterior	**3 230 812,47**
Operações Orçamentais [1]	2 630 899,70
Operações de tesouraria [A]	599 912,77
Receita corrente	**28 969 623,47**
Receita Fiscal	8 443 455,91
Impostos diretos	8 443 455,91
Taxas, multas e outras penalidades	377 679,17
Rendimentos de propriedade	1 184 952,28
Transferências e subsídios correntes	10 683 988,02
Transferências correntes	10 683 988,02
Administrações Públicas	10 678 850,54
Administração Central - Estado Português	10 673 767,58
Administração Local	5 082,96
Outras	5 137,48
Venda de bens e serviços	7 139 417,21
Outras receitas correntes	1 140 130,88
Receita de capital	**9 374 767,37**
Venda de bens de investimento	976 185,36
Transferências e subsídios de capital	5 296 998,44
Transferências de capital	5 296 998,44
Administrações Públicas	5 296 998,44
Administração Central - Estado Português	5 259 787,73
Administração Local	37 210,71
Outras receitas de capital	3 101 583,57
Reposições não abatidas aos pagamentos	**33 645,23**
Receita efetiva [2]	38 378 036,07
Receita não efetiva [3]	3 239 514,14
Receita com passivos financeiros	3 239 514,14
TOTAL [4]=[1]+[2]+[3]	44 248 449,91
Operações de tesouraria [B]	**321 485,27**

Documento Assinado Digitalmente

1.6.2. Demonstração consolidada do desempenho orçamental - Pagamentos

O quadro infra retrata a execução da ***despesa consolidada*** que totalizou o montante de 41.343.130,95 euros. Analisando o peso relativo de cada entidade neste montante verifica-se que 65,98% se referem ao Município,31,08% à INOVA, 0,13% à ABAP e 2,81% à BIOCANT.

RUBRICA PAGAMENTOS	2021
Despesa corrente	**22 096 806,29**
Despesas com o pessoal	9 817 365,28
Remunerações Certas e Permanentes	7 705 612,73
Abonos Variáveis ou Eventuais	197 137,64
Segurança Social	1 914 614,91
Aquisição de bens e serviços	8 811 774,44
Juros e outros encargos	203 033,36
Transferências e subsídios correntes	1 183 551,72
Transferências correntes	1 183 551,72
Administrações Públicas	383 549,83
Administração Central - Estado Português	14 124,00
Administração Local	369 425,83
Entidades do setor não lucrativo	559 168,54
Famílias	187 953,35
Outras	52 880,00
Outras despesas correntes	2 081 081,49
Despesa de capital	**14 208 151,21**
Aquisição de bens de capital	11 399 375,47
Transferência e subsídios de capital	2 736 503,98
Transferências de capital	2 736 503,98
Administrações Públicas	1 845 342,02
Administração Local	1 845 342,02
Entidades do setor não lucrativo	888 288,71
Famílias	2 873,25
Outras despesas de capital	72 271,76
Despesa efetiva [5]	36 304 957,50
Despesa não efetiva [6]	5 038 173,45
Despesa com passivos financeiros	5 038 173,45
TOTAL [7]=[5]+[6]	41 343 130,95
Operações de tesouraria [C]	**127 673,56**
Saldo para a gerência seguinte	3 699 043,44
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2 905 318,96
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	793 724,48
Saldo global [2] - [5]	**2 073 078,57**
Despesa primária	36 101 924,14
Saldo corrente	6 872 817,18
Saldo de capital	(4 833 383,84)
Saldo primário	2 276 111,93
Receita total [1] + [2] + [3]	44 248 449,91
Despesa total [5] + [6]	**41 343 130,95**

Resulta desta análise um ***saldo corrente*** de 6.872.817,18 euros, o que significa que as receitas correntes foram mais que suficientes para cobrir as despesas correntes e um ***saldo de capital*** negativo de 4.833.383,84 euros.

O ***saldo consolidado para a gerência*** seguinte é de 3.699.043,44 euros, superior em 468.230,97 euros relativamente ao que transitou para 2021.

Documento Assinado Digitalmente

1.6.3. Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por natureza

A aplicação informática utilizada pelo Município não fornece diretamente dados que permitam a extração desta demonstração de relato orçamental consolidado. No entanto é possível efetuar a sua construção com base das Demonstrações de Execução Orçamental da Receita e da Despesa, nas colunas das receitas liquidadas e a coluna das obrigações, respetivamente.

Como anteriormente mencionado, as restantes entidades com que o Município consolida, não possuem na sua contabilidade, elementos que lhes permitam fazer um exercício semelhante. Sendo assim, não é possível dar resposta ao estabelecido no ponto 7.3.5 – método de consolidação orçamental, da NCP 26, uma vez que não possuindo a Classe 0, referente à contabilidade orçamental, não é possível proceder à soma algébrica das obrigações e das liquidações por forma a construir a respetiva Demonstração Orçamental de forma fiável.

1.7. Análise Económico-Financeira Consolidada

1.7.1 Balanço Consolidado

A situação financeira e patrimonial do Grupo Autárquico num dado momento está refletida no Balanço Consolidado. Trata-se de um documento contabilístico que espelha os ativos, o património líquido e os passivos.

Para melhor compreensão e enquadramento dos dados, dever-se-á proceder à sua leitura cruzada com a informação constante nos Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O **Quadro 1** apresenta o balanço consolidado sintético reportado a 31 de dezembro, para os anos de 2020 e 2021, salientando as respetivas variações.

Quadro 1 – Balanço Consolidado Sintético

Designação	2020	2021	Variação (2020/2021)	
			€	%
Ativo não corrente				
Investimentos	136 255 754,67	134 621 003,59	(1 634 751,08)	(1,20)
Ativo corrente				
Inventários	808 557,40	822 241,96	13 684,56	1,69
Contas a receber	8 737 914,66	10 152 022,54	1 414 107,88	16,18
Caixa e depósitos	3 230 812,47	3 699 043,44	468 230,97	14,49
TOTAL DO ATIVO	**149 033 039,20**	**149 294 311,53**	**261 272,33**	**0,18**
Património, reservas e resultados transitados	128 093 809,53	126 603 500,45	(1 490 309,08)	(1,16)
Resultados	1 003 664,48	1 151 935,17	148 270,69	14,77
PATRIMÓNIO LIQUIDO	**129 097 474,01**	**127 755 435,62**	**(1 342 038,39)**	(1,04)
Passivo não corrente				
Contas a pagar	13 543 694,45	14 580 065,67	1 036 371,22	7,65
Passivo corrente				
Contas a pagar	6 391 870,74	6 958 810,24	566 939,50	8,87
PASSIVO	**19 935 565,19**	**21 538 875,91**	**1 603 310,72**	8,04
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO E PASSIVO	**149 033 039,20**	**149 294 311,53**	**261 272,33**	**0,18**

Documento Assinado Digitalmente

Dentro do ***ativo não corrente***, os ***investimentos*** apresentam uma variação negativa, que é compensada pela variação positiva dos ***inventários***, ***contas a receber*** e ***caixa e depósitos (ativo corrente)***.

O ***património líquido*** apresenta-se no balanço com um montante de 127.755.435,62 euros, o que representa uma diminuição de 1,04% face ao ano de 2020.

O ***passivo*** apresenta um acréscimo e 1.603.310,72 euros, quando comparado com o ano anterior. Este valor resulta dos aumentos em 7,65% das ***contas a pagar*** no ***passivo não corrente*** e de 8,87% no ***passivo corrente***.

1.7.2 Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada

A análise ao ***Balanço Consolidado*** deve ser complementada pela análise à ***Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada***. Este documento contabilístico reflete o desempenho do Grupo evidenciando os resultados apurados no período e espelhando os seus ***rendimentos*** e os seus ***gastos***.

Quadro 2 - Evolução e estrutura da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada

Designação	2020	2021	Variação (2020/2021)	
			€	%
Impostos, contribuições e taxas	8 605 769,89	9 180 605,17	574 835,28	6,68
Vendas	16 893,58	14 082,43	(2 811,15)	(16,64)
Prestações de serviços e concessões	6 667 054,07	6 602 936,48	(64 117,59)	(0,96)
Superavit / Défice tarifário	(179 067,44)	252 659,34	431 726,78	(241,10)
Subsídios à exploração	1 144 722,09	1 172 014,68	27 292,59	2,38
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	121 387,52	296 288,54	174 901,02	144,08
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 878 164,65	10 252 605,14	1 374 440,49	15,48
Trabalhos para a própria entidade	645 009,08	1 230 339,82	585 330,74	90,75
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(1 183 165,69)	(1 522 710,42)	(339 544,73)	28,70
Fornecimentos e serviços externos	(7 112 172,63)	(8 311 678,13)	(1 199 505,50)	16,87
Gastos com pessoal	(9 240 196,11)	(10 124 044,37)	(883 848,26)	9,57
Transferências e subsídios concedidos	(2 719 051,68)	(3 909 179,17)	(1 190 127,49)	43,77
Imparidade de inventarios e ativos biológicos (perdas/reversões)	18 287,03	14 855,41	(3 431,62)	(18,77)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	(145 159,13)	(1 077,57)	144 081,56	(99,26)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	31 223,74	31 223,74	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	(320,00)	160,00	480,00	(150,00)
Outros rendimentos	4 052 900,69	5 057 135,47	1 004 234,78	24,78
Outros gastos	(652 096,60)	(667 160,92)	(15 064,32)	2,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**8 918 959,32**	**9 569 055,64**	**650 096,32**	**7,29**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(8 040 311,74)	(8 245 005,41)	(204 693,67)	2,55
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(1 000,00)	0,00	1 000,00	(100,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**877 647,58**	**1 324 050,23**	**446 402,65**	**50,86**
Juros e rendimentos similares obtidos	13 270,77	29 322,25	16 051,48	120,95
Juros e gastos similares suportados	(162 176,07)	(143 673,38)	18 502,69	(11,41)
Resultado antes de impostos	**728 742,28**	**1 209 699,10**	**480 956,82**	**66,00**
Imposto sobre rendimento do período	272 068,89	(58 972,36)	(331 041,25)	(121,68)
Interesses minoritários	2 853,31	1 208,43	(1 644,88)	(57,65)
Resultado líquido do período	**1 003 664,48**	**1 151 935,17**	**148 270,69**	**14,77**

O **Quadro 2** apresenta a Demonstração Consolidada de Resultados, por natureza, reportada a 31 de dezembro dos anos de 2020 e 2021, bem como as respetivas variações.

Documento Assinado Digitalmente

Na prática algumas das rubricas da demonstração de resultados aparecem valorizadas pela diferença entre ***rendimentos*** e ***gastos***, o que não evidencia explicitamente a totalidade dos respetivos valores individualmente. No caso em análise o total de rendimentos do Grupo foi de 34.167.657,51 euros e os gastos foram de 32.957.958,81 euros originando um resultado antes de impostos de 1.209.699,10 euros, valor refletido no mapa supra.

A sua análise permite ainda verificar que o Grupo Autárquico gerou um ***resultado líquido consolidado do período*** positivo de 1.151.935,17 euros. Este valor apresenta um crescimento de 14,77%, face ao ano de 2020.

1.7.3 Demonstração das alterações do Património Líquido Consolidada

Quadro 3 – Demonstração das alterações no Património Líquido Consolidada

Descrição		Capital / Património Subscrito	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	**49 700 191,99**	**46 391 888,78**	**(2 170 056,23)**	**6 286 672,90**	**27 845 066,96**	**1 003 664,48**	**129 057 428,88**	**40 045,13**	**129 097 474,01**
Alterações no período										
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	1 933 821,90	0,00	1 933 821,90	0,00	**1 933 821,90**
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	1 701 440,77	(5 237 064,81)	(164 303,01)	277 095,61	(1 003 664,48)	(4 426 495,92)	(91,11)	**(4 426 587,03)**
	(2)	**0,00**	**1 701 440,77**	**(5 237 064,81)**	**(164 303,01)**	**2 210 917,51**	**(1 003 664,48)**	**(2 492 674,02)**	**(91,11)**	**(2 492 765,13)**
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**1 151 935,17**	**1 151 935,17**	**(1 208,43)**	**1 150 726,74**
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)						**148 270,69**	**(1 340 738,85)**	**(1 299,54)**	**(1 342 038,39)**
Operações com detentores de capital no período										
	(5)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	**49 700 191,99**	**48 093 329,55**	**(7 407 121,04)**	**6 122 369,89**	**30 055 984,47**	**1 151 935,17**	**127 716 690,03**	**38 745,59**	**127 755 435,62**

O quadro anterior reflete as alterações ocorridas ao património líquido do grupo no exercício de 2021. A variação anual apresenta um valor negativo de 1.342.038,39 euros. Para este valor contribuiu o incremento das reservas em 1.701.440,77 euros, resultante da aplicação de resultados do Município (1.129.994,27 euros) e da INOVA (571.446,50 euros) que foi anulada pela variação negativa dos resultados transitados (5.237.064,81 euros) e positiva nas outras variações no património líquido (2.210.917,51 euros). Para o valor negativo dos resultados transitados a maior contribuição resulta das contas do Município com o valor de 4.563.728,52 euros resultantes do ajustamento da vida útil dos edifícios e outras construções, efetuado de acordo com o SNC AP.

1.7.4 Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

A análise do **Quadro 3** reflete a totalidade dos pagamentos e recebimentos do Grupo e a sua análise assume particular relevância**.** Este quadro apresenta de forma sintética os fluxos de caixa consolidados ocorridos no exercício de 2021.

Os fluxos financeiros realizados pelo Grupo Autárquico, no decurso do exercício económico em análise, geraram um ***saldo de gerência*** para 2022 de 3.699.043,44 euros. Deste saldo, 86,55% tem origem nas contas da Município, 10,31% na INOVA, 2,09 % na BIOCANT e 1,04% na ABAP.

Documento Assinado Digitalmente

Quadro 4 – Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

Rubricas	2020	2021	Variação (2020/2021)	
			€	%
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos	25 556 057,61	26 620 370,70	1 064 313,09	4,16
Pagamentos	(17 123 323,67)	(21 350 403,93)	(4 227 080,26)	24,69
Caixa gerada pelas operações	**8 432 733,94**	**5 269 966,77**	**(3 162 767,17)**	**(37,51)**
Outros recebimentos	601 499,82	1 516 986,71	915 486,89	152,20
Outros pagamentos	(5 291 696,65)	(4 339 396,24)	952 300,41	(18,00)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)	**3 742 537,11**	**2 447 557,24**	**(1 294 979,87)**	**(34,60)**
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Recebimentos	5 046 366,38	7 480 276,80	2 433 910,42	48,23
Pagamentos	(7 980 667,05)	(10 196 152,76)	(2 215 485,71)	27,76
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)	**(2 934 300,67)**	**(2 714 075,96)**	**220 224,71**	**(7,51)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			0,00	
Recebimentos	1 650 710,22	6 320 753,88	4 670 043,66	282,91
Pagamentos	(3 790 420,61)	(5 584 200,05)	(1 793 779,44)	47,32
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)	**(2 139 710,39)**	**734 753,83**	**2 874 464,22**	**(134,34)**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	**(1 331 473,95)**	**468 235,11**	**1 799 709,06**	**(135,17)**
Efeito das diferenças de câmbio	(1 554,26)	(4,14)	1 550,12	(99,73)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 563 840,68	3 230 812,47	(1 333 028,21)	(29,21)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 230 812,47	3 699 043,44	468 230,97	14,49

1.8 Indicadores de Gestão

A análise das demonstrações financeiras do Grupo Autárquico, não é suficiente para que se obtenha uma visão crítica da sua situação em matéria de liquidez, rendibilidade e solvabilidade, entre outros aspetos.

Assim, a informação fornecida pelas demonstrações financeiras deve ser complementada por uma análise e correta interpretação de outros indicadores, normalmente rácios económico-financeiros, que deverão ser analisados e interpretados de forma integrada de modo a fornecer uma imagem rigorosa, fiável, apropriada e coerente da situação económica do Grupo Autárquico.

Estes rácios representam relações de quociente entre grandezas consideradas representativas, pelo que a sua consulta permite a retirada de conclusões importantes. Esta análise é de extrema importância em termos comparativos, pois permite verificar a evolução dos mesmos. O **Quadro 5** apresenta alguns desses rácios fundamentais.

Quadro 5 - Indicadores Económico-Financeiros

Rácios Económico-Financeiros	2020	2021
Liquidez Geral (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	2,00	2,11
Liquidez Reduzida ((Ativo Corrente - Existências) / Passivo Corrente)	1,87	1,99
Liquidez Imediata (Disponibilidades / Passivo Corrente)	0,51	0,53
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo)	6,48	5,93
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	0,87	0,86

O ***Rácio de Liquidez Geral*** informa sobre a capacidade de o Grupo Autárquico saldar os seus compromissos de curto prazo recorrendo a ativos, passíveis de serem convertidos em meios financeiros líquidos no período correspondente ao do vencimento das obrigações, ou seja, num curto prazo. Este

Documento Assinado Digitalmente

indicador deverá preferencialmente assumir um valor superior à unidade dado que, quanto mais afastado estiver desta, maiores serão as probabilidades de o Grupo ter problemas de liquidez a curto prazo. Em 2021 o Grupo Autárquico apresenta um ***Rácio de Liquidez Geral*** de 2,11 ligeiramente superior ao do ano anterior.

O ***Rácio de Liquidez Reduzida*** é, no essencial semelhante ao anterior. Diferencia-se deste pelo facto de ao numerador, serem retirados os inventários, uma vez que, que na verdade, estes não representam verdadeiramente meios monetários imediatamente disponíveis. Deste modo acrescenta-se algum rigor ao rácio anteriormente apresentado. O resultado deste rácio reflete a solvabilidade de curto prazo do Grupo Autárquico, sendo desejável que ultrapasse a unidade. Nesse caso significaria que o Grupo teria ativos líquidos suficientes para fazer face a todas as responsabilidades de curto prazo, mesmo sem contar com a liquidação dos inventários. Em 2021 o Grupo Autárquico apresenta um ***Rácio de Liquidez Reduzida*** de 1,99.

O ***Rácio de Liquidez Imediata*** difere do anterior pelo facto de considerar no numerador apenas as disponibilidades do Grupo Autárquico. Este indicador mede a capacidade de o Grupo fazer face às suas responsabilidades de curto prazo utilizando apenas disponibilidades financeiras imediatas. Trata-se por isso da forma de liquidez mais rigorosa. Quanto maior o valor assumido por este rácio, maior será a solvabilidade de curto prazo. No ano de 2021 este indicador atingiu para o Grupo Autárquico o valor de 0,53.

O **Rácio de Solvabilidade** é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos ativos do Grupo financiados por capitais próprios. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado for este rácio, maior a estabilidade financeira da entidade e quanto mais baixo, maior a sua vulnerabilidade. Uma entidade está solvente, do ponto de vista económico, quando apresenta um capital próprio que garanta a liquidação do seu passivo e tenha expectativas de resultados que garantam a sua sobrevivência futura. No ano de 2021 este rácio foi de 5,93.

O **Rácio de Autonomia Financeira** é um rácio financeiro que mede a solvabilidade da entidade, determinando a proporção dos ativos que são financiados com fundos próprios. Quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira do Grupo. Em 2021, o Grupo Autárquico financia 0,86 dos seus ativos recorrendo a património líquido.

Documento Assinado Digitalmente

1.9. Endividamento

O quadro seguinte apresenta a dívida bruta do Grupo a 31/12/2021 e a sua variação relativamente ao exercício anterior.

Quadro 6 – Dívida Bruta

Rubricas	Ano 2020	Ano 2021	Variação (2020/2021)	
			Valor	%
Passivo não corrente				
Provisões	206 091,77	206 091,77	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8 376 129,19	9 434 213,26	1 058 084,07	12,63
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	3 162 249,19	3 200 051,79	37 802,60	1,20
Outras contas a pagar	588 447,38	781 591,27	193 143,89	32,82
Desvio (superavit) tarifário passivo	1 210 776,92	958 117,58	(252 659,34)	(20,87)
SUBTOTAL	**13 543 694,45**	**14 580 065,67**	**1 036 371,22**	**7,65**
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	29 746,93	26 724,89	(3 022,04)	(10,16)
Fornecedores, c/c	791 202,45	879 915,95	88 713,50	11,21
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	19,00	19,00	0,00
Estado e outros entes públicos	365 344,83	436 004,55	70 659,72	19,34
Financiamentos obtidos	3 092 136,34	2 956 435,39	(135 700,95)	(4,39)
Fornecedores de investimentos	(33 210,19)	97 541,51	130 751,70	(393,71)
Outras contas a pagar	1 959 718,27	2 360 013,08	400 294,81	20,43
Diferimentos	186 932,11	202 155,87	15 223,76	8,14
SUBTOTAL	**6 391 870,74**	**6 958 810,24**	**566 939,50**	**8,87**
TOTAL DA DÍVIDA	**19 935 565,19**	**21 538 875,91**	**1 603 310,72**	**8,04**
(-) DIVIDAS NÃO ORÇAMENTAIS	**818 885,18**	**1 054 959,30**	**236 074,12**	**28,83**
TOTAL DA DÍVIDA BRUTA	**19 116 680,01**	**20 483 916,61**	**1 367 236,60**	**7,15**

O quadro infra discrimina o passivo do Grupo a 4 anos em 31/12/2021.

Quadro 7 – Passivo não Corrente (4 anos)

Entidades	Rubrica Patrimonial Designação das contas	Dívidas a terceiros de médio / longo prazos					
		Passivo não corrente a 31/12/2021	Amortizações 2023	Amortizações 2024	Amortizações 2025	Amortizações 2026	Anos seguintes
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(1-2-3-4-5)
MUNICIPIO	Provisões	206 091,77					206 091,77
	Financiamentos obtidos	3 846 528,55	574 740,38	574 740,43	574 740,43	631 462,26	1 490 845,05
	Outras contas a pagar	781 591,27					781 591,27
	Subtotal	**4 834 211,59**	**574 740,38**	**574 740,43**	**574 740,43**	**631 462,26**	**2 478 528,09**
INOVA	Financiamentos obtidos	3 702 476,88	721 540,14	454 389,55	399 402,24	399 402,24	1 727 742,71
	Passivos por impostos diferidos	3 200 051,79					3 200 051,79
	Desvio (superavit) tarifário passivo	958 117,58					958 117,58
	Subtotal	**7 860 646,25**	**721 540,14**	**454 389,55**	**399 402,24**	**399 402,24**	**5 885 912,08**
ABAP	Fornecedores de investimentos	21 000,00	21 000,00				0,00
	Subtotal	**21 000,00**	**21 000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
BIOCANT	Financiamentos obtidos	2 845 207,83	253 382,14	258 330,44	263 679,67	269 890,26	1 799 925,32
	Subtotal	**2 845 207,83**	**253 382,14**	**258 330,44**	**263 679,67**	**269 890,26**	**1 799 925,32**
Eliminações	Financiamentos obtidos	(960 000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(960 000,00)
	Fornecedores de investimentos	(21 000,00)					(21 000,00)
	Subtotal	**(981 000,00)**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**(981 000,00)**
	TOTAL	**14 580 065,67**	**1 570 662,66**	**1 287 460,42**	**1 237 822,34**	**1 300 754,76**	**9 183 365,49**

Documento Assinado Digitalmente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Documento Assinado Digitalmente

BALANÇO CONSOLIDADO

Documento Assinado Digitalmente

Município de Cantanhede

BALANÇO CONSOLIDADO em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	130 309 039,94	131 681 275,70
Propriedades de investimento	8	1 324 380,91	1 432 535,93
Ativos intangíveis	3	1 064 537,71	1 207 545,78
Ativos biológicos	18	6 098,10	6 038,10
Participações financeiras	18	1 163 596,38	171 165,29
Outros ativos financeiros	9/18	253 172,88	1 209 352,74
Ativos por impostos diferidos	18	500 177,67	547 841,13
Outras contas a receber		0,00	0,00
		134 621 003,59	136 255 754,67
Ativo corrente			
Inventários	10	822 241,96	808 557,40
Ativos biológicos	18	330,00	230,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	1 070 357,51	405 023,01
Clientes, contribuintes e utentes	9	595 223,14	501 751,52
Estado e outros entes públicos	18	147 047,77	170 786,32
Acionistas/sócios/associados	18	200,00	0,00
Outros contas a receber	9	8 147 216,16	7 455 857,51
Diferimentos	18	191 647,96	204 266,30
Caixa e depósitos	1	3 699 043,44	3 230 812,47
		14 673 307,94	12 777 284,53
TOTAL DO ATIVO		**149 294 311,53**	**149 033 039,20**
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Património/Capital	18	49 700 191,99	49 700 191,99
Reservas	18	48 093 329,55	46 391 888,78
Resultados transitados	18	(7 407 121,04)	(2 170 056,23)
Ajustamentos em ativos financeiros	18	6 122 369,89	6 286 672,90
Outras variações no Património Líquido	18	30 055 984,47	27 845 066,96
Resultado líquido do período	18	1 151 935,17	1 003 664,48
Interesses minoritarios	18	38 745,59	40 045,13
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO		**127 755 435,62**	**129 097 474,01**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	206 091,77	206 091,77
Financiamentos obtidos	6/7	9 434 213,26	8 376 129,19
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	18	3 200 051,79	3 162 249,19
Outras contas a pagar	18	781 591,27	588 447,38
Desvio (superavit) tarifário passivo	18	958 117,58	1 210 776,92
		14 580 065,67	13 543 694,45
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	26 724,89	29 746,93
Fornecedores	18	879 915,95	791 202,45
Adiantamentos de clientes	18	19,00	0,00
Estado e outros entes públicos	18	436 004,55	365 344,83
Acionistas/sócios/associados	18	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6/7	2 956 435,39	3 092 136,34
Fornecedores de investimentos	18	97 541,51	(33 210,19)
Outras contas a pagar	18	2 360 013,08	1 959 718,27
Diferimentos	18	202 155,87	186 932,11
		6 958 810,24	6 391 870,74
TOTAL DO PASSIVO		**21 538 875,91**	**19 935 565,19**
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO E PASSIVO		**149 294 311,53**	**149 033 039,20**

Documento Assinado Digitalmente

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADA

Documento Assinado Digitalmente

Municipio de Cantanhede

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADA do período findo em 31.12.2021

RENDIMENTOS E GASTOS		Notas	Datas	
			2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	+	23	9 180 605,17	8 605 769,89
Vendas	+	23	14 082,43	16 893,58
Prestações de serviços e concessões	+	23	6 602 936,48	6 667 054,07
Superavit / Défice tarifário	-/+	23	252 659,34	(179 067,44)
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-/+	23	296 288,54	170 682,31
Transferências e subsídios correntes obtidos	+	23	11 424 619,82	9 973 591,95
Variações nos inventários da produção	-/+		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+	23	1 230 339,82	645 009,08
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	10	(1 522 710,42)	(1 183 165,69)
Fornecimentos e serviços externos	-	23	(8 311 678,13)	(7 112 172,63)
Gastos com pessoal	-	19	(10 124 044,37)	(9 240 196,11)
Transferências e subsídios concedidos	-	23	(3 909 179,17)	(2 719 051,68)
Prestações sociais	-		0,00	0,00
Imparidade de inventarios e ativos biológicos (perdas/reversões)	-/+	9/10	14 855,41	18 287,03
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	9	(1 077,57)	(145 159,13)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	9	31 223,74	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	23	160,00	(320,00)
Outros rendimentos	+	23	5 057 135,47	4 052 900,69
Outros gastos	-	23	(667 160,92)	(652 096,60)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**=**		**9 569 055,64**	**8 918 959,32**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	23	(8 245 005,41)	(8 040 311,74)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+		0,00	(1 000,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**=**		**1 324 050,23**	**877 647,58**
Juros e rendimentos similares obtidos	+	23	29 322,25	13 270,77
Juros e gastos similares suportados	-	23	(143 673,38)	(162 176,07)
Resultado antes de impostos	**=**		**1 209 699,10**	**728 742,28**
Imposto sobre rendimento	-/+		(58 972,36)	272 068,89
Interesses minoritários	-/+		1 208,43	2 853,31
Resultado liquido do período	**=**		**1 151 935,17**	**1 003 664,48**
Resultado liquido do período atribuivel a:			0,00	0,00
Detentores do capital da entidade-mãe			0,00	0,00
Interesses que não controlam			0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Documento Assinado Digitalmente

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LIQUIDO do periodo findo em 31 de dezembro de 2021

Município de Cantanhede

Descrição		Notas	Património Liquido atribuido aos detentores do Património Liquido da entidade que controla										Interesses Minoritáros	Total do Património Líquido
			Capital / Património Subscrito	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total		
Posição no início do período	(1)	18	**49 700 191,99**	**0,00**	**0,00**	**46 391 888,78**	**(2 170 056,23)**	**6 286 672,90**	**0,00**	**27 845 066,96**	**1 003 664,48**	**129 057 428,88**	**40 045,13**	**129 097 474,01**
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 933 821,90	0,00	1 933 821,90	0,00	1 933 821,90
Correção de erros materiais			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		18	0,00	0,00	0,00	1 701 440,77	(5 237 064,81)	(164 303,01)	0,00	277 095,61	(1 003 664,48)	(4 426 495,92)	(91,11)	(4 426 587,03)
	(2)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 701 440,77**	**(5 237 064,81)**	**(164 303,01)**	**0,00**	**2 210 917,51**	**(1 003 664,48)**	**(2 492 674,02)**	**(91,11)**	**(2 492 765,13)**
Resultado Líquido do Período	(3)	18	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 151 935,17**	**1 151 935,17**	**(1 208,43)**	**1 150 726,74**
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	18									**148 270,69**	**(1 340 738,85)**	**(1 299,54)**	**(1 342 038,39)**
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/património			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	18	**49 700 191,99**	**0,00**	**0,00**	**48 093 329,55**	**(7 407 121,04)**	**6 122 369,89**	**0,00**	**30 055 984,47**	**1 151 935,17**	**127 716 690,03**	**38 745,59**	**127 755 435,62**

Documento Assinado Digitalmente

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Documento Assinado Digitalmente

Município de Cantanhede

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA , do período findo em 31.12.2021

Rubricas		Notas	Datas	
			31.12.2021	31.12.2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	+		7 142 700,17	7 283 168,66
Recebimentos de contribuintes	+		8 798 765,47	8 152 541,97
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	+		10 678 905,06	10 114 478,38
Recebimentos de utentes	+		0,00	5 868,60
Pagamentos a fornecedores	-		(9 352 646,37)	(8 307 621,76)
Pagamentos ao pessoal	-		(8 077 701,86)	(8 035 304,89)
Pagamentos a contribuintes / Utentes	-		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios	-		(3 920 055,70)	(780 397,02)
Pagamentos de prestações sociais	-		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações	**+/-**		**5 269 966,77**	**8 432 733,94**
Recebimento do imposto sobre o rendimento	+		2 879,26	2 656,08
Pagamento do imposto sobre o rendimento	-		(14 272,55)	(192 966,81)
Outros recebimentos			1 514 107,45	598 843,74
Outros pagamentos	+/-		(4 325 123,69)	(5 098 729,84)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)	**+/-**		**2 447 557,24**	**3 742 537,11**
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-		(9 758 122,91)	(7 857 107,13)
Ativos intangíveis	-		(434 776,76)	(96 300,85)
Propriedades de investimento	-		0,00	0,00
Investimentos financeiros	-		0,00	0,00
Outros ativos	-		(3 253,09)	(27 259,07)
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	+		986 999,99	78 079,52
Ativos intangíveis	+		11 005,75	0,00
Propriedades de investimento	+		1 163 846,00	1 164 534,52
Outros ativos			1 800,00	0,00
Investimentos financeiros	+		0,00	1 308,94
Subsídios ao investimento	+		3 273 143,34	2 022 706,18
Transferências de capital	+		2 023 855,10	1 774 080,22
Juros e rendimentos similares	+		355,01	5 657,00
Dividendos	+		21 071,61	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)	**+/-**		**(2 714 075,96)**	**(2 934 300,67)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+		6 318 899,28	1 532 166,60
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	+		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	+		0,00	0,00
Doações	+		0,00	0,00
Outras operações de financiamento	+		54,60	118 543,62
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-		(5 381 252,49)	(3 668 451,84)
Juros e gastos similares	-		(202 947,56)	(121 968,77)
Dividendos	-		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	-		0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)			**734 753,83**	**(2 139 710,39)**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			**468 235,11**	**(1 331 473,95)**
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		(4,14)	(1 554,26)
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-		3 230 812,47	4 563 840,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-		3 699 043,44	3 230 812,47
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período		18	3 230 812,47	4 563 840,68
- Equivalentes a caixa no início do período			(588 447,38)	(421 054,95)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			588 447,38	421 054,95
- Variações cambiais de caixa no início do período			0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior			**3 230 812,47**	**4 563 840,68**
De execução orçamental			2 630 899,70	4 044 334,44
De operações de tesouraria			599 912,77	519 506,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período		18	3 699 043,44	3 230 812,47
- Equivalentes a caixa no fin do período			(1 042 826,09)	(807 419,79)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			1 042 826,09	807 419,79
- Variações cambiais de caixa no fim do período			0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte			**3 699 043,44**	**3 230 812,47**
De execução orçamental			2 905 318,96	2 630 899,70
De operações de tesouraria			793 724,48	599 912,77

Documento Assinado Digitalmente

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Documento Assinado Digitalmente

Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.

1.1 - Identificação do Grupo e período de relato

O Grupo é composto pelo Município de Cantanhede e pelas entidades ABAP, BIOCANT E INOVA, devidamente descritas nos pontos 3.2 e 3.3 do presente Relatório. O relato apresentado é relativo ao exercício económico de 2021.

1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As contas consolidadas de 2021 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC AP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, alterações, performance e fluxos de caixa do Grupo. Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Em 31/12/2021, os saldos consolidados de ***caixa*** e ***depósitos*** apresentam-se desagregados de acordo com o quadro seguinte:

Nota 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2020	2021
Caixa	**2 893,20**	**4 318,01**
Depósitos à ordem	**2 528 650,67**	**2 785 883,64**
Depósitos bancários à ordem	2 528 650,67	2 785 883,64
Outros depósitos	**699 268,60**	**908 841,79**
Depósitos a prazo	110 821,22	127 250,52
Depósitos de garantias e cauções	588 447,38	781 591,27
TOTAL	**3 230 812,47**	**3 699 043,44**

Os fluxos financeiros realizados pelo Grupo Autárquico, no decurso do exercício económico em análise, geraram um ***saldo de gerência*** para 2022 de 3.699.043,44 euros. Deste saldo, 3.201.646,53 euros têm origem nas contas da Município, 381.419,49 euros na INOVA, 77.473,06 euros na BIOCANT e 38.504,36 euros na ABAP.

Os valores de caixa e depósitos bancários, no último dia de 2021 incluem 781 591,27 euros relativos a depósitos e garantias de cauções, cujo uso está reservado e condicionado pelos fins específicos que lhe deram origem.

Documento Assinado Digitalmente

NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

O quadro apresentado no **Anexo II** resume esquematicamente as bases de mensuração utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.4 – Principais pressupostos relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade das operações, partindo dos registos contabilísticos das entidades do Grupo.

NOTA 3 - Ativos Intangíveis

A quantia 1.207.545,78 euros correspondente ao valor escriturado inicial dos ativos intangíveis. Durante o exercício económico em análise verificou-se um decréscimo na quantia escriturada de 143.008,07 euros, apesar de se verificar um aumento na quantia bruta de 202.248,21 euros e uma variação das amortizações acumuladas de 345.256,28 euros.

Apresenta-se, no quadro seguinte, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações durante o exercício:

Nota 3 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Projetos de desenvolvimento	943 405,39	943 159,35		246,04	943 405,39	943 405,39		0,00
Programas de computador e sistemas de informação	1 890 882,88	1 656 205,11		234 677,77	2 081 385,83	1 948 817,44		132 568,39
Propriedade industrial e intelectual	1 056 894,92	155 153,36		901 741,56	1 063 772,63	207 551,27		856 221,36
Direito de Superfície	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	33 396,62	33 396,62		0,00	33 396,62	33 396,62		0,00
Ativos intangíveis em curso	70 880,41	0,00		70 880,41	75 747,96	0,00		75 747,96
TOTAL	**3 995 460,22**	**2 787 914,44**	**0,00**	**1 207 545,78**	**4 197 708,43**	**3 133 170,72**	**0,00**	**1 064 537,71**

NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

Relativamente aos ativos fixos tangíveis, no final de 2021, a quantia escriturada foi de 130.309.039,94 euros. Este valor reflete uma redução de 1.372.235,76 euros, consequência das amortizações acumuladas no valor de 13.059.506,98 serem superiores ao aumento do ativo bruto no valor de 11.687.271,22 euros.

Documento Assinado Digitalmente

Nota 5 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	8 766 614,43	0,00	0,00	8 766 614,43	8 803 949,53	0,00	0,00	8 803 949,53
Edifícios e outras construções	13 773 183,36	10 617 143,39	0,00	3 156 039,97	4 102 365,55	3 648 167,51	0,00	454 198,04
Infraestruturas	83 110 278,13	57 420 111,83	0,00	25 690 166,30	97 618 522,48	69 632 258,60	0,00	27 986 263,88
Património histórico, artístico e cultural	721 349,09	493 525,32	0,00	227 823,77	747 290,20	498 208,24	0,00	249 081,96
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	1 837 880,65	0,00	0,00	1 837 880,65	2 432 741,07	0,00	0,00	2 432 741,07
SUBTOTAL	**108 209 305,66**	**68 530 780,54**	**0,00**	**39 678 525,12**	**113 704 868,83**	**73 778 634,35**	**0,00**	**39 926 234,48**
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	14 029 412,61	0,00	0,00	14 029 412,61	14 486 881,75	0,00	0,00	14 486 881,75
Edifícios e outras construções	54 677 585,67	14 059 589,44	0,00	40 617 996,23	56 386 712,53	19 399 119,64	0,00	36 987 592,89
Equipamento básico	58 428 099,13	27 452 422,78	1 029,12	30 974 647,23	59 247 597,02	29 587 468,60	1 029,12	29 659 099,30
Equipamento de transporte	3 366 076,47	2 884 114,85	0,00	481 961,62	4 039 873,47	3 022 228,95	0,00	1 017 644,52
Equipamento administrativo	2 440 373,63	2 142 390,34	0,00	297 983,29	2 481 028,68	2 274 075,99	0,00	206 952,69
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	2 124 441,25	1 787 076,51	0,00	337 364,74	2 217 919,64	1 854 353,91	0,00	363 565,73
Ativos fixos tangíveis em curso	5 263 384,86	0,00	0,00	5 263 384,86	7 661 068,58	0,00	0,00	7 661 068,58
SUBTOTAL	**140 329 373,62**	**48 325 593,92**	**1 029,12**	**92 002 750,58**	**146 521 081,67**	**56 137 247,09**	**1 029,12**	**90 382 805,46**
TOTAL	**248 538 679,28**	**116 856 374,46**	**1 029,12**	**131 681 275,70**	**260 225 950,50**	**129 915 881,44**	**1 029,12**	**130 309 039,94**

NOTA 6 - Locações

O Município tem em curso dois contratos de locação financeira, um relativo ao Parque Desportivo de Cantanhede, iniciado em 05/12/2006, e outro relativo ao Parque Desportivo de Febres iniciado em 27/06/2007, não apresentando o Grupo outros itens a reportar.

Nota 6 - Locação Financeira

Entidade	Descrição	Locador	Nº Contrato	Data do Contrato	Valor Financiado	Valor Contabilístico
MUNICIPIO	Parque Desportivo de Cantanhede(*)	Caixa Leasing e Factoring	321660	11/07/2007	3 265 720,52	4 031 577,10
	Parque Desportivo de Febres	Caixa Leasing e Factoring	320349	27/07/2007	2 099 608,80	2 190 267,79
TOTAL					**5 365 329,32**	**6 221 844,89**

(*) Estes valores correspondem ao imobilizado inicial financiado por Locação Financeira, incluindo beneficiações complementares efetuadas pelo Municipio

Documento Assinado Digitalmente

Nota 6 - Locação Financeira - Locatário

Rubricas	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Capital	Juro	Capital	Juro				
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito S.A Parque Desportivo de Cantanhede	494 127,33	207 210,48	0,00	2 771 593,19	288 743,93	286 916,85	0,00	0,00	286 916,85
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito S.A Parque Desportivo de Febres	871 418,03	135 782,76	0,00	1 228 190,77	101 357,55	135 782,67	599 852,60	0,00	735 635,27
TOTAL	**1 365 545,36**	**342 993,24**	**0,00**	**3 999 783,96**	**390 101,48**	**422 699,52**	**599 852,60**	**0,00**	**1 022 552,12**

O Município, durante o ano de 2021 celebrou dois contratos em regime de Locação Operacional para utilização de quatro viaturas ligeiras de passageiros, duas das quais elétricas, conforme refletido no quadro seguinte, nada havendo a reportar relativamente às outras entidades do Grupo. Da frota do Município fazem parte neste momento quatro viaturas elétricas.

Nota 6 - Locações operacionais - locatário

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados		Futuros pagamentos				Valor das rendas
		Período	Acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Rendas	Rendas					
Locação operacional de uma viatura ligeira de passageiros a gasolina - CP-CCP-ABS n.º 03/2020 - Contrato 26/2020 GES	14 407,03	3 601,80	4 560,34	4 143,91	5 702,78	0,00	9 846,69	300,15
Locação operacional de uma viatura ligeira de passageiros a gasóleo - CP-CCP-ABS n.º 03/2020 - Contrato 27/2020 GES	15 684,84	3 921,24	4 964,78	4 511,48	6 208,58	0,00	10 720,06	326,77
Locação operacional de duas viaturas ligeiras de passageiros elétricas - CP-CCP-ABS n.º 03/2020 - Contrato 28/2020 GES	51 393,14	12 696,84	16 792,60	14 257,43	20 343,11	0,00	34 600,54	1 058,07
Locação operacional de duas viaturas ligeiras de passageiros a gasóleo mínimo de 1350cc - CP-CCP-ABS n.º 06/2021 - Contrato 21/2021 GES	32 715,36	4 221,32	4 221,32	9 410,08	19 083,96	0,00	28 494,04	681,57
Locação operacional de duas viaturas ligeiras de passageiros elétricas - CP-CCP-ABS n.º 06/2021 - Contrato 22/2021 GES	49 134,36	7 165,41	7 165,41	13 307,24	28 661,71	0,00	41 968,95	1 023,63
TOTAL	**163 334,73**	**31 606,61**	**37 704,45**	**45 630,14**	**80 000,14**	**0,00**	**125 630,28**	**3 390,19**

NOTA 7 - Custo de empréstimos obtidos

À data de relato o Grupo tem contratados empréstimos, conforme discriminado no quadro na Nota 18, no entanto, não foram capitalizados custos dos empréstimos durante o período em nenhuma das entidades do grupo.

NOTA 8 - Propriedades de Investimento

O quadro seguinte apresenta, relativamente às propriedades de investimento, as quantias escrituradas inicial e final, bem como as suas variações.

Documento Assinado Digitalmente

Nota 8 – Propriedades de Investimento - Variações: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Deprecia. Período	Diminuições	
Bens de Domínio Público	1 168 635,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(45 104,58)	0,00	1 123 530,70
Terrenos e Recursos Naturais	200 850,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200 850,21
Edifícios e Outras Construções	63 050,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(63 050,44)	0,00	0,00
Outras Propriedades de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**1 432 535,93**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**(108 155,02)**	**0,00**	**1 324 380,91**

NOTA 9 - Imparidade de ativos

De acordo com o explanado no quadro seguinte o Grupo apresenta no final do exercício um valor de ***imparidades acumuladas*** de 1.041.007,42 euros, tendo sido revertidos o montante total de 79.508,59 euros. Para o montante líquido das imparidades acumuladas a INOVA contribui com 410.366,69 euros, a BIOCANT com 329.742,29 euros, a ABAP com 150.859,78 euros e o Município com 70.530,07 euros.

Nota 9 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada 31/12/2020	Imparidade 2021	Reversão de imparidades	Quantia recuperável
	Geradores de caixa	**9 640 525,73**	**897 008,86**	**34 507,01**	**33 429,44**	**8 742 439,30**
Clientes, contribuintes e utentes		1 470 755,97	874 455,26	34 507,01	33 429,44	595 223,14
Outras contas a receber		8 169 769,76	22 553,60	0,00	0,00	8 147 216,16
	Não geradores de caixa	**131 447 867,18**	**109 491,55**	**0,00**	**46 079,15**	**131 384 454,78**
Inventários		830 571,67	23 185,12	0,00	14 855,41	822 241,96
Ativos Fixos Tangíveis		130 310 069,06	1 029,12	0,00	0,00	130 309 039,94
Outros ativos financeiros		307 226,45	85 277,31	0,00	31 223,74	253 172,88
TOTAL		**141 088 392,91**	**1 006 500,41**	**34 507,01**	**79 508,59**	**140 126 894,08**

NOTA 10 - Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo seu custo. O Grupo adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários. Em 31 de dezembro de 2021 distribuíam-se de acordo com o quadro seguinte:

Nota 10 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	148 179,16	0,00	148 179,16
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	682 392,51	(8 329,71)	674 062,80
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**830 571,67**	**(8 329,71)**	**822 241,96**

Documento Assinado Digitalmente

Nota 10 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários de produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/+(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	145 364,68	4 729,33	1 989,14	0,00	0,00	0,00	14,55	88,84	148 179,16
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	663 192,72	1 573 755,23	1 520 721,28	0,00	0,00	14 855,41	114 311,04	57 291,76	674 062,80
TOTAL	**808 557,40**	**1 578 484,56**	**1 522 710,42**	**0,00**	**0,00**	**14 855,41**	**114 325,59**	**57 380,60**	**822 241,96**

NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O mapa das provisões apresentado diz apenas respeito ao Município, e consta já da prestação de contas individual, uma vez que as restantes entidades do Grupo não apresentam valores referentes a esta rubricas.

Nota 15 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)=(1)+(5)-(9)
Processos judiciais em curso	206 091,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206 091,77
TOTAL	**206 091,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**206 091,77**

Relativamente à Ação Administrativa comum n.º 715/11.8BECBR (1.231.682,29 euros entreposta pelo consórcio MRG – Engenharia e Construção, SA/ Prioridade – Construção de Vias de Comunicação. Lda, foi reconhecida em gastos do período a quantia de 325.000 euros, paga a título de indemnização, por acordo de transação homologado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra (01/10/2021).

Relativamente à Ação Popular Administrativa n.º 52/17.4BECBR (925.000 euros), referente ao Hotel da Praia da Tocha, foi proferida sentença a declarar deserta a instância, existindo despacho do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra (18/11/2021) absolvendo o Município, como réu da instância, pelo que não é de reconhecer qualquer provisão a respeito. Foi interposto recurso, tendo o Município contra-alegado.

Documento Assinado Digitalmente

NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato

Município de Cantanhede

A 14 de fevereiro de 2022 foi publicado o Decreto-Lei n.º 23/2022 que prorroga o prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social. No âmbito deste Decreto o executivo municipal aprovou, já em 2022, a não aceitação das competências neste domínio uma vez que não se encontram ainda reunidas as condições necessárias para o exercício das competências previstas no Decreto – Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. Relativamente à transferência de competências na área da educação a Assembleia Municipal de Cantanhede aprovou, em 25/03/2022, por unanimidade, a proposta do executivo municipal de rejeitar a propriedade dos edifícios escolares que pertencem ao Estado Central antes de estarem devidamente requalificados, requalificação essa que se encontra a ser promovida pela autarquia com apoio de fundos comunitários. Relativamente às restantes competências assumidas na área da Educação, a Assembleia Municipal aprovou igualmente e também por unanimidade, a transferência de 374 mil euros, até final de 2022, do Município para os agrupamentos de escolas Lima-de-Faria e Marquês de Marialva, ambos de Cantanhede, e Gândara-Mar, da Tocha, para a operacionalização desta delegação de competência, de acordo com o que está plasmado nos contratos interadministrativos assinados com os agrupamentos mencionados.

Também o deflagrar da guerra na Ucrânia, em 24 fevereiro de 2022, condicionará a atividade económica mundial, que se encontrava a ressurgir de uma brutal crise provocada pela pandemia de Covid 19 e que está ainda longe de ter terminado. A atividade autárquica será também influenciada por este conflito, nomeadamente pelo aumento generalizado dos preços, que terá reflexos essencialmente no aumento dos gastos com energia e custo das obras a realizar.

Tratam-se de acontecimentos materialmente relevantes, embora não tenham conduzido a ajustamentos.

ABAP

A atividade da Associação não sentiu impactos significativos decorrentes da pandemia, mas, considerando a magnitude e o grau de incerteza que um evento desta natureza envolve existirão necessariamente reflexos negativos cuja quantificação se estima como não sendo significativa. Atendendo ao setor de atividade em que se insere, à estrutura de capitais, à flexibilidade de adaptação existente, o Conselho de Administração entende que a pandemia que assola o mundo e o país não coloca em causa o pressuposto da continuidade com base no qual foram preparadas as Demonstrações Financeiras de 2021.

BIOCANT

Atendendo ao setor de atividade em que se insere, à estrutura de capitais, à flexibilidade de adaptação existente, o Conselho de Administração entende que a pandemia que assola o mundo e o país não coloca em causa o pressuposto da continuidade com base no qual foram preparadas as Demonstrações Financeiras de 2021.

INOVA

A empresa municipal não apresenta, na sua prestação de contas individual, qualquer facto a assinalar como relevante após a data de relato.

Transversalmente é expectável que a guerra traga a todos os elementos do Grupo consequências nomeadamente no que se refere ao preço dos combustíveis, cujos aumentos se fizeram sentir de imediato. Também a inflação sofreu um forte crescimento o que se traduz num aumento substancial

Documento Assinado Digitalmente

dos preços. Este aumento poderá condicionar também o desenrolar de algumas obras, uma vez que nem sempre os adjudicatários têm condições de garantir as propostas apresentadas numa época anterior ao deflagrar do conflito. Não se poderão ainda deixar de parte as questões relacionadas com a pandemia, nomeadamente em termos de gestão dos recursos humanos, uma vez que a doença continua a conduzir a um grande absentismo que se reflete na organização do trabalho.

NOTA 18 - Instrumentos Financeiros

Caixa e depósitos

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários, a 31 de dezembro de 2021 é apresentada no quadro da Nota 1.

Ativo

O quadro seguinte apresenta o ***ativo*** do Grupo e a respetiva variação em relação ao exercício anterior.

Nota 18 - Ativo Financeiro

	Ano 2020	Ano 2021	Variação (2020/2021)	
			Valor	%
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	131 681 275,70	130 309 039,94	(1 372 235,76)	(1,04)
Propriedades de investimento	1 432 535,93	1 324 380,91	(108 155,02)	(7,55)
Ativos intangíveis	1 207 545,78	1 064 537,71	(143 008,07)	(11,84)
Ativos biológicos	6 038,10	6 098,10	60,00	0,99
Ativos por impostos diferidos	547 841,13	500 177,67	(47 663,46)	(8,70)
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**134 875 236,64**	**133 204 234,33**	**(1 671 002,31)**	**(1,24)**
Ativo corrente				
Inventários	808 557,40	822 241,96	13 684,56	1,69
Ativos biológicos	230,00	330,00	100,00	43,48
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	405 023,01	1 070 357,51	665 334,50	164,27
Clientes, contribuintes e utentes	501 751,52	595 223,14	93 471,62	18,63
Estado e outros entes públicos	170 786,32	147 047,77	(23 738,55)	(13,90)
Acionistas/sócios/associados	0,00	200,00	200,00	0,00
Outros contas a receber	7 455 857,51	8 147 216,16	691 358,65	9,27
Diferimentos	204 266,30	191 647,96	(12 618,34)	(6,18)
Caixa e depósitos	3 230 812,47	3 699 043,44	468 230,97	14,49
SUBTOTAL	**12 777 284,53**	**14 673 307,94**	**1 896 023,41**	**14,84**
TOTAL	**147 652 521,17**	**147 877 542,27**	**225 021,10**	**0,15**

Investimentos Financeiros

O mapa seguinte apresenta os investimentos financeiros consolidados detalhando a quantia escriturada inicial e final bem como os respetivos aumentos e diminuições que em 2021. No computo geral verificou-se uma variação de 36.251,23 euros.

Documento Assinado Digitalmente

Nota 18 - Investimentos Financeiros mensurados ao custo

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Alienações	Perdas por justo valor	Outros	
Investimentos financeiros mensurados ao custo								
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras	1 163 596,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 163 596,38
Outros ativos financeiros	216 921,65	0,00	0,00	254 517,70	218 266,47	0,00	0,00	253 172,88
TOTAL	**1 380 518,03**	**0,00**	**0,00**	**254 517,70**	**218 266,47**	**0,00**	**0,00**	**1 416 769,26**

Passivo

O quadro seguinte retrata o passivo financeiro consolidado

Nota 18 - Passivo Financeiro

Rubricas	Ano 2020	Ano 2021	Variação (2020/2021)	
			Valor	%
Passivo não corrente				
Provisões	206 091,77	206 091,77	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8 376 129,19	9 434 213,26	1 058 084,07	12,63
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	3 162 249,19	3 200 051,79	37 802,60	1,20
Outras contas a pagar	588 447,38	781 591,27	193 143,89	32,82
Desvio (superavit) tarifário passivo	1 210 776,92	958 117,58	(252 659,34)	(20,87)
SUBTOTAL	**13 543 694,45**	**14 580 065,67**	**1 036 371,22**	**7,65**
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	29 746,93	26 724,89	(3 022,04)	(10,16)
Fornecedores, c/c	791 202,45	879 915,95	88 713,50	11,21
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	19,00	19,00	0,00
Estado e outros entes públicos	365 344,83	436 004,55	70 659,72	19,34
Financiamentos obtidos	3 092 136,34	2 956 435,39	(135 700,95)	(4,39)
Fornecedores de investimentos	(33 210,19)	97 541,51	130 751,70	393,71
Outras contas a pagar	1 959 718,27	2 360 013,08	400 294,81	20,43
Diferimentos	186 932,11	202 155,87	15 223,76	8,14
SUBTOTAL	**6 391 870,74**	**6 958 810,24**	**566 939,50**	**8,87**
TOTAL	**19 935 565,19**	**21 538 875,91**	**1 603 310,72**	**8,04**

Consultados os quadros supra merecem destaque as rubricas do ativo e passivo não corrente, ***ativos por impostos diferidos***, ***passivos por impostos diferidos*** e ***desvio (superavit) tarifário passivo,*** cujos valores resultam exclusivamente das contas da INOVA.

A entidade INOVA reconhece impostos diferidos no contexto do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Os ativos por impostos diferidos são essencialmente provenientes de créditos por impostos não usados relativos a Crédito Fiscal ao Investimento II (CFEI II, Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho), bem como relativos a superavit tarifário tratado entre as diferenças tributárias dedutíveis, considerando existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos.

Documento Assinado Digitalmente

Os passivos por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias tributáveis respeitam aos subsídios ao investimento reconhecidos nos capitais próprios da INOVA.

O Quadro infra, *retirado da página 88 do Relatório e Contas 2021 da INOVA, retrata o mencionado.*

Quantias de activos e de passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço e correspondentes movimentos ocorridos durante o período			31.12.2021				31.12.2020			
			Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período	Saldo no começo do período	Movimentos do período via		Saldo no fim do período
				Demon-stração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio			Demon-stração dos resultados	Outras rubricas do capital próprio	
Activos por impostos diferidos	Provenientes de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados	Crédito Fiscal ao Investimento	268 666,62	(28 821,15)	0,00	239 845,46	0,00	268 666,62	0,00	268 666,62
		Prejuizos Fiscais Dedutiveis	0,00	38 721,40		38 721,40	0,00			0,00
	Provenientes de diferenças temporárias dedutíveis	Superavit Tarifário	272 424,81	(56 848,35)	0,00	215 576,46	232 134,63	40 290,17	0,00	272 424,81
		Reforços e reversões por Imparidade	6 749,70	(715,35)	0,00	6 034,35	4 042,56	2 707,14	0,00	6 749,70
		Totais	**547 841,12**	**(47 663,45)**	**0,00**	**500 177,67**	**236 177,19**	**311 663,93**	**0,00**	**547 841,12**
Passivos por impostos diferidos	Provenientes de diferenças temporárias tributáveis	Subsídios ao Investimento	3 162 249,20	0,00	37 802,60	3 200 051,80	3 231 807,65	0,00	(69 558,45)	3 162 249,20
		Totais	**3 162 249,20**	**0,00**	**37 802,60**	**3 200 051,80**	**3 231 807,65**	**0,00**	**(69 558,45)**	**3 162 249,20**

Desvio Tarifário

Nos termos do Contrato de Gestão Delegada entre a INOVA e o Município, a proposta tarifária para os serviços de águas e resíduos é válida por um período quinquenal, sendo anualmente atualizada de acordo com as condições aí previstas.

De acordo com o modelo regulatório vigente, custo do serviço, em cenário de eficiência produtiva, e nos termos do contrato celebrado, podem gerar-se diferenças entre o volume de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela INOVA, incluindo os impostos sobre os resultados da Empresa e os resultados aí previstos, resultantes de fatores exógenos à entidade gestora, e o volume dos rendimentos efetivamente arrecadados em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os rendimentos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária (superavit), quando os rendimentos gerados são superiores aos necessários, podendo ser passíveis de reconhecimento como ativos ou passivos regulatórios segundo o contrato celebrado.

Para a entidade reguladora, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em Balanço e em Demonstração de Resultados uma vez que a recuperação do gasto (e/ou reembolso do rendimento) é elegível para efeito da determinação da tarifa no período tarifário subsequente (2025-2029), tendo a INOVA iniciado a sua contabilização à face das demonstrações financeiras, no exercício económico de 2015.

Assim, quando existe um superavit tarifário (desvio tarifário negativo), este é deduzido aos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um ativo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associado ao débito dos rendimentos.

Quando se gera um déficit tarifário (desvio tarifário positivo), este é acrescido aos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um passivo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associado ao crédito dos rendimentos.

Documento Assinado Digitalmente

O valor do desvio tarifário corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e o resultado previsto. No ano de 2020, procedeu-se ao início do reembolso do superavit tarifário acumulado até 31.12.2018, no valor de 1.031.709 euros, nas tarifas do período tarifário 2020-2024 (a realizar de forma proporcional em cada um dos exercícios económicos). Em 2021 continua com o mesmo procedimento, sendo o valor acumulado no final do ano de 2021 de 619.026 euros. Em 2021 procedeu-se à contabilização de um défice tarifário, respeitante unicamente a este exercício.

A empresa apresenta a 31.12.2021 um desvio tarifário (neste caso superavit) de 958.117,58 euros, o qual, nos termos do contrato de gestão delegada, será reembolsado parte, no valor de 619.025,68 euros, nas tarifas do período tarifário 2021-2024, e o restante repercutido nas tarifas do próximo período tarifário 2025-2029.

Empréstimos obtidos

À data de relato o Grupo tem contratados empréstimos, conforme discriminado no quadro seguinte. No final do exercício o montante da dívida apresenta um aumento total de 1.265.376,36 euros. Deste valor 784.721,24 euros dizem respeito ao Município, 533.787,90 euros à INOVA. A BIOCANT apresenta uma redução de 53.132,78 euros.

Nota 18 - Empréstimos obtidos

Caracterização do empréstimo	Capital Contratado	Capital utilizado	Dívida em 1 de Janeiro 2021			Dívida em 31 de Dezembro de 2021		
			Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Curto Prazo:								
MUNICÍPIO					0,00			**0,00**
INOVA					0,00	**141 512,71**		**141 512,71**
ABAP					0,00			**0,00**
BIOCANT					0,00			**0,00**
Médio Longo Prazo:								
MUNICÍPIO	31 784 930,00	28 686 483,97	2 454 792,89	1 233 407,89	3 688 200,78	**1 226 246,09**	**3 246 675,93**	**4 472 922,02**
INOVA	11 435 661,35	10 789 115,00	1 065 024,32	3 162 137,02	4 227 161,34	**916 959,65**	**3 702 476,88**	**4 619 436,53**
ABAP					0,00			**0,00**
BIOCANT	3 600 000,00	3 600 000,00	189 325,89	1 998 032,16	2 187 358,05	**249 017,44**	**1 885 207,83**	**2 134 225,27**
TOTAL	**46 820 591,35**	**43 075 598,97**	**3 709 143,10**	**6 393 577,07**	**10 102 720,17**	**2 533 735,89**	**8 834 360,64**	**11 368 096,53**

Garantias

Nota 23 - Garantias

Entidade	Beneficiário	Descrição	Valor
BIOCANT - Associação de Transferência e Tecnologia	Caixa de Crédito Agrícola	Edificio BIOCANT II PME's	1 410 916,45
	Caixa Económica Montepio	Edificio BIOCANT III	1 000 000,00
INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA	Agência para o Desenvolvimento e coesão, I.P	Parte das receitas, decorrentes da aplicação dos tarifários do serviço de abatecimento público de águas residuais e gestão de resíduos urbanos.	1 875 341,94

Documento Assinado Digitalmente

O quadro anterior evidencia que, para cada um dos empréstimos da BIOCANT, foi apresentada como garantia real a hipoteca sobre o imóvel que esteve na base da contratação do respetivo financiamento.

Além da garantia mencionada no quadro supra, existem outras garantias subscritas pela INOVA que totalizam o montante de 3.757.179,00 euros, cuja correspondente dívida a 31/12/2021 é de 2.339.410,07 euros, conforme mapa de responsabilidades de crédito emitido pelo Banco de Portugal.

Património Líquido

O quadro infra reflete a totalidade das alterações ao ***património líquido*** do Grupo. Gerando uma redução de 1.342.038,39 euros.

Nota 18 - Património Líquido

Conta	Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
51	Património / Capital	49 700 191,99	0,00	0,00	49 700 191,99
55	Reservas	46 391 888,78	1 701 440,77	0,00	48 093 329,55
56	Resultados Transitados	(2 170 056,23)	2 550 579,87	7 787 644,68	(7 407 121,04)
59	Outras variações no património liquido	34 131 739,86	5 758 346,89	3 711 732,39	36 178 354,36
88	Resultados Líquidos do Exercício	1 003 664,48	1 711 061,04	1 562 790,35	1 151 935,17
	Interesses minoritários	40 045,13	0,00	1 299,54	38 745,59
TOTAL		**129 097 474,01**	**11 721 428,57**	**13 063 466,96**	**127 755 435,62**

Os impactos verificados na conta de resultados transitados e outras variações no património liquido refletem maioritariamente a atividade da autarquia. Tal foi devidamente clarificado na Prestação de Contas individual, nas Notas 2.8 e 18.3 se reproduzem na integra:

"2.8 – Erros materiais de períodos anteriores

Transferência entre contas nas demonstrações financeiras

O Município procedeu à alteração entre contas de ***Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural,*** *tendo essa alteração resultado num aumento da conta das infraestruturas montante de 9.808.667,93 euros acompanhado por uma redução na conta de edifícios e outras construções de igual montante, conforme detalhado no quadro infra.*

Transferência entre Contas

Rubricas do Balanço	Valor
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural - Diminuições	**-10 207 281,52**
43029 - Edificios e Outras Construções - outros	-10 144 376,00
43031 - Infraestruturas - rodoviárias	-62 905,52
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural - Aumentos	**10 207 281,52**
43024 - Parques de estacionamento	335 708,07
43031 - Infraestruturas - rodoviárias	392 601,90
43039 - Infraestruturas - outras	9 478 971,55
TOTAL	**0,00**

Documento Assinado Digitalmente

Ajustamento da vida útil dos bens da rubrica edifícios e outras construções

Aquando da adoção do novo referencial contabilístico pelo Município de Cantanhede não se deu integral cumprimento ao definido para o ajustamento da vida útil da rubrica edifícios e outras construções, ainda que a Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho assim o determinasse, sem que, no entanto, determinasse a forma de concretizar tal ajustamento. Assim o Governo, através da Comissão de Normalização Contabilística, emitiu a FAQ 44 "Atualização da vida útil dos edifícios e outras construções na transição para o SNC-AP" que refere que a vida útil destes bens deve ser definida de acordo com o Classificador Complementar 2, deduzindo-lhe o período já decorrido para obtenção da vida útil remanescente. A referida FAQ acrescenta que caso a nova vida útil seja inferior à do CIBE, as suas depreciações acumuladas, devem ter como contrapartida a conta ***564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP****, no sentido de reconhecer o montante que resulta do período já decorrido face à nova vida útil.*

O quadro infra demonstra o valor do impacto nas Demonstrações Financeiras dos bens que sofreram o mencionado ajustamento. O ***ativo*** *e o* ***património líquido*** *apresentam uma diminuição no valor de 5.475.281,59 euros. Remete-se para a Nota 18.3, que reflete esta movimentação no património líquido.*

Ajustamento vida util - depreciações

Ajustamento vida útil SNC-AP Depreciações	Nº de Bens	Ativo Liquido 31/12/2020	Depreciações do Exercício 2020	Depreciações do Exercício 2021	Variação Patrimonial Bruta 2021	Depreciação 2021 c/ Regul.	Ativo Liquido 31/12/2021	Regularização Vida Util SNC-AP
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(2)+(5)-(6)	(8)=(7)-(5)+(4)-(2)
Edifícios	103	21 196 244,81	761 028,19	459 603,21	340 124,20	2 885 371,34	18 650 997,67	-2 425 768,13
Outras Construções	76	12 870 390,33	738 087,35	638 086,67	583 907,60	3 687 600,13	9 766 697,80	-3 049 513,46
Total	**179**	**34 066 635,14**	**1 499 115,54**	**1 097 689,88**	**924 031,80**	**6 572 971,47**	**28 417 695,47**	**-5 475 281,59**

Alguns dos bens, cuja vida útil foi ajustada, foram financiados por programas comunitários, ou outros, pelo que foi igualmente efetuado o ajustamento aos respetivo subsídios, cujo valor total apurado foi de 1.083.525,31 euros, implicando um aumento na conta ***564 – ajustamentos de transição para o SNC-AP*** *e redução de igual valor na conta* ***5931 – transferências e subsídios para a aquisição de ativos depreciáveis****, não implicando alteração no valor do património líquido, uma vez que se trata apenas de uma transferência entre contas do mesmo agregado.*

Ajustamento vida util - subsidios ao investimento

Ajustamento vida útil SNC-AP Subsídios ao investimento	Nº de Bens	Valor financiado 31/12/2020	Subsidio por reconhecer 31/12/2020	Proveito Diferido 2020	Proveito Diferido 2021	Variação Proveito Diferido	Subsidio por reconhecer 31/12/2021	Regularização Vida Util SNC-AP
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(5)-(4)	(7)	(8)=(3)-(5)-7)
Edifícios	16	5 542 600,07	4 940 825,61	74 363,82	110 863,47	36 499,65	4 463 708,30	366 253,84
Outras Construções	18	3 697 358,98	2 466 008,83	94 529,57	50 308,49	-44 221,08	1 698 428,87	717 271,47
Total	**34**	**9 239 959,05**	**7 406 834,44**	**168 893,39**	**161 171,96**	**-7 721,43**	**6 162 137,17**	**1 083 525,31**

O quadro seguinte resume a totalidade do impacto, no exercício de 2020, se o ajustamento da vida útil dos edifícios e outras construções, efetuado no exercício de 2021, tivesse sido executado em 2020, de acordo com o determinado no SNC AP.

Documento Assinado Digitalmente

Nota 2.8 – Reexpressão Retrospetiva

Conta	Efeitos em N-1
Alterações nas Demonstrações dos Resultados	
Diminuição dos gastos	**-393 704,23**
Diminuição dos gastos - Depreciações 2020	-401 425,66
Diminuição dos rendimentos - Subsídios ao investimento 2020	7 721,43
Aumento nos resultados líquidos	**393 704,23**
Alterações no Balanço	
Diminuição no ativo	**-5 073 855,93**
Aumento 48 - Ajustamento da vida útil - EOC - Depreciações	-5 475 281,59
Diminuição da 48 - Depreciações do exercicio 2020	401 425,66
Diminuição no património líquido	**-5 073 855,93**
Diminuição 564 - Ajustamento da vida útil - EOC - Depreciações	-5 475 281,59
Aumento RL e Aumento 593 - Depreciações e Rendimentos subsidios do exercicio 2020	401 425,66
Aumento 564 - Ajustamento da vida útil - EOC - Subsídios ao investimento	1 083 525,31
Diminuição 593 - Ajustamento da vida útil - EOC - Subsídios ao investimento	-1 083 525,31

Nota 18.3 da prestação de contas individual

*A conta **564 – ajustamentos na transição para SNC-AP** apresenta no cômputo geral uma redução de 4.391.756,28 euros. Para este valor contribui a redução de 5.475.281,59 euros resultado do aumento das depreciações acumuladas por ajustamento da vida útil dos edifícios e outras construções de acordo com o SNC-AP/Classificador Complementar e o aumento de 1.083.525,31 euros advindo também do ajustamento da vida útil dos edifícios e outras construções financiadas por fundos comunitários e outros destinados ao investimento."*

Remete-se para o quadro seguinte a discriminação consolidada dos aumentos e reduções das contas 59, retratada no quadro anterior e clarificado na transcrição supra.

Nota 18 - Outras variações no Património Líquido

Conta	Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
5931	Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciaveis	32 252 907,56	3 533 170,06	3 163 582,49	32 622 495,13
5932	Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciaveis	(2 548 968,42)	227 546,50	229 208,37	(2 550 630,29)
5939	Outras transferências e subsídios de capital	1 762 379,23	1 985 164,31	318 941,53	3 428 602,01
594	Doações obtidas	2 665 421,49	12 466,02	0,00	2 677 887,51
TOTAL		**34 131 739,86**	**5 758 346,89**	**3 711 732,39**	**36 178 354,36**

NOTA 19 - Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem, no curto prazo, salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de refeição, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais. Todo o pessoal ao serviço do Grupo foi remunerado de acordo com as funções desempenhadas, durante o exercício. As obrigações que decorrem dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o serviço é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

Documento Assinado Digitalmente

O Quadro seguinte apresenta a distribuição dos recursos humanos pelas entidades do Grupo Autárquico.

Nota 19 - Número de trabalhadores

Categoria	MUNICÍPIO	INOVA	ABAP	BIOCANT
Dirigente (Comissão de Serviço)	17	3		
Chefe de Equipa Multidisciplinar (Equiparado a Dirigentes de 2º Grau)				
Técnico Superior	83	16	1	9
Técnicos		5		
Cordenador/Gestor Operacional				1
Assistente Técnico + Administrativo	67	16		
Assistente Operacional	152	103		4
Informática	5		1	
Comissão de Serviço - Interno	3			
Comissão de Serviço - Externo	1			
Fiscais Municipais	5			
Outras Carreiras não revistas	1			
Investigadores				2
Bolseiros				
Diversos				2
TOTAL	**334**	**143**	**2**	**18**

Especificam-se no quadro seguinte as várias rubricas valorizadas e que totalizam o montante reportado na Demonstração de Resultados na linha ***gastos com pessoal***.

Nota 19 - Gastos com o pessoal

Conta	Descrição	2020	2021	Variação 2020/2021	
				Valor	%
630	Remunerações dos titulares de orgãos de soberania e membros	205 765,08	209 246,70	3 481,62	1,69
631	Remunerações dos orgãos sociais e de gestão	111 132,14	85 306,18	(25 825,96)	(23,24)
632	Remunerações do pessoal	6 839 842,87	7 612 102,56	772 259,69	11,29
633	Beneficios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
635	Encargos sobre remunerações	1 574 745,73	1 721 093,44	146 347,71	9,29
636	Seguros acidentes de trabalho	71 811,21	71 285,47	(525,74)	(0,73)
637	Gastos de ação social	56 106,69	52 914,79	(3 191,90)	(5,69)
638	Outros gastos com o pessoal	254 813,78	273 886,25	19 072,47	7,48
639	Outros encargos sociais	125 978,61	98 208,98	(27 769,63)	(22,04)
TOTAL		**9 240 196,11**	**10 124 044,37**	**883 848,26**	**9,57**

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

O Município integra o Grupo Autárquico, do qual fazem igualmente parte a Inova – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede – EM SA, a ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e a BIOCANT – Associação de Transferência de Biotecnologia. O quadro seguinte discrimina o capital social de cada uma das entidades e a respetiva participação individual no Grupo.

Documento Assinado Digitalmente

Nota 20 - Entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo Direto
INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede - EM - SA	EM - SA	Zona Industrial de Cantanhede	11 647 332,00	11 647 332,00	100,00%
ABAP - Associação Beira Atlântico Parque	ASFL	Parque Tecnológico, Núcleo 4, Lote 2, 3060-197 Cantanhede	2 444 360,81	2 385 360,81	97,59%
BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia	ASFL	Biocant Parque Parque Tecnológico, Núcleo 4, Lote 2 3060-197 Cantanhede	4 110 000,00	4 107 000,00	99,93%
TOTAL			**18 201 692,81**	**18 139 692,81**	

NOTA 22 - Interesses em outras entidades

O quadro seguinte elenca as entidades associadas, excluídas do perímetro de consolidação uma vez que não existe controlo por parte do Município, as respetivas percentagens de controlo e valores.

Nota 22 - Interesses em Outras Entidades

Designação da Entidade	Atividade Principal	Morada	Parcela Detida	
			%	Valor
ERSUC - Resíduos sólidos do Centro, S.A.	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	Rios Frios 3025 - 607 Vil de Matos	1,67	142 245,00
Águas do Centro Litoral, S.A.	Tratamento de águas residuais	Av. Dr. Luís Albuquerque, ETA da Boavista, 3030-410 Coimbra	0,50	199 745,00
AREAC - Agência Regional Energia e Ambiente Centro	Outras atividades associativas, não especificadas	Rua Dr. Rosa Falcão,133 3220 - 216 Miranda do Corvo	6,25	5 000,00
Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção ITECONS	Outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	Pólo II da Universidade de Coimbra Rua Pedro Hispano 3030 - 289 Coimbra	0,97	10 000,00
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	Administração Pública - atividades económicas	Rua do Brasil, 131 3030 - 175 Coimbra	3,53	7 100,00
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	Coimbra iParque, Lote 15, 3040 - 540 Coimbra	4,81	10 045,79
TOTAL				**374 135,79**

NOTA 23 - Outras divulgações consideradas relevantes, ou exigidas por diplomas legais, para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período

Para bem compreender o desempenho da entidade julga-se necessário evidenciar os seus rendimentos e gastos. Considerando que nas Notas anteriormente apresentadas já foi detalhado CMVMC (Nota 10), Despesas com Pessoal (Nota 19) evidenciam-se os gastos que ainda não foram objeto de relato, nomeadamente réditos, FSE e outros gastos.

Documento Assinado Digitalmente

O quadro infra relata a totalidade dos réditos de Grupo.

Nota 23 - Réditos

Conta	Descrição	2020	2021	Variação 2020/2021	
				Valor	%
701	Impostos diretos	7 382 693,62	7 443 801,73	61 108,11	0,83
702	Impostos indiretos	806 916,18	1 347 296,43	540 380,25	66,97
704	Taxas, multas e outras penalidades	416 160,09	389 507,01	(26 653,08)	(6,40)
70	**Impostos contribuições e taxas**	**8 605 769,89**	**9 180 605,17**	**574 835,28**	6,68
711	Mercadorias	4 293,61	5 825,58	1 531,97	35,68
712	Produtos acabados e intermédios	2 891,88	1 453,85	(1 438,03)	(49,73)
713	Subprodutos, desperdícios, residuos e refugos	7 198,80	6 803,00	(395,80)	(5,50)
714	Ativos Biológicos	2 509,29	0,00	(2 509,29)	(100,00)
71	**Vendas**	**16 893,58**	**14 082,43**	**(2 811,15)**	(16,64)
72	**Prestação de serviços e concessões**	**6 667 054,07**	**6 602 936,48**	**(64 117,59)**	(0,96)
	Superavit / Défice tarifário	**(179 067,44)**	**252 659,34**	**431 726,78**	(241,10)
74	**Trabalhos para a própria entidade**	**766 396,60**	**1 230 339,82**	**463 943,22**	60,54
75	**Transferências e subsídios correntes obtidas**	**10 022 886,74**	**11 424 619,82**	**1 401 733,08**	13,99
762	**Reversões de perdas por imparidade**	**54 238,33**	**79 508,59**	**25 270,26**	46,59
77	**Ganhos por aumentos de justo valor**		**160,00**	**160,00**	
781	Outros rendimentos suplementares	12 221,74	889 460,72	877 238,98	7 177,69
784	Ganho em inventários	5 340,06	33 844,40	28 504,34	533,78
785	Rendimentos em entidades controladas	117 751,37	296 288,54	178 537,17	151,62
786	Rendimentos e ganhos nos restantes invetimentos financeiros	1 331,90	34,72	(1 297,18)	(97,39)
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	1 604 563,67	2 678 453,14	1 073 889,47	66,93
788	Outros	2 421 354,43	1 455 342,49	(966 011,94)	(39,90)
78-782	**Outros rendimentos**	**4 162 563,17**	**5 353 424,01**	**1 190 860,84**	28,61
791	Juros obtidos	12 454,58	614,59	(11 839,99)	(95,07)
792	Dividendos obtidos		21 071,61	21 071,61	
799	Outros rendimentos similares	49,88	49,88	0,00	0,00
782	Desconto de pronto pagamento obtido	8 855,20	7 586,17	(1 269,03)	(14,33)
79+782	**Juros, dividendos e outros rendimentos similares**	**21 359,66**	**29 322,25**	**7 962,59**	37,28
TOTAL		**30 138 094,60**	**34 167 657,91**	**4 029 563,31**	**13,37**

Documento Assinado Digitalmente

Apresenta-se seguidamente a totalidade dos FSE do Grupo e outros gastos não referidos em notas anteriores.

Nota 23 - Fornecimentos e serviços externos

Conta	Descrição	2020	2021	Variação 2020/2021	
				Valor	%
6211	Subcontratos	1 474 607,11	1 450 252,04	(24 355,07)	(1,65)
6213	Serviços de transporte	1 378,00	0,00	(1 378,00)	(100,00)
6221	Trabalhos especializados	355 651,25	637 706,98	282 055,73	79,31
6222	Publicidade, comunicação e imagem	72 944,68	90 058,32	17 113,64	23,46
6223	Vigilância e segurança	136 062,67	162 378,31	26 315,64	19,34
6224	Honorários	313 446,60	507 095,72	193 649,12	61,78
6225	Comissões	199 724,49	208 952,16	9 227,67	4,62
6226	Conservação e reparação	603 463,90	707 999,02	104 535,12	17,32
6227	Serviços Bancários	22 516,00	24 468,42	1 952,42	8,67
6229	Outros serviços especializados	371 863,12	332 863,88	(38 999,24)	(10,49)
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14 002,66	8 272,03	(5 730,63)	(40,93)
6232	Livros e documentação técnica	1 229,75	1 050,04	(179,71)	(14,61)
6233	Material de escritório	13 051,88	13 906,66	854,78	6,55
6234	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	112,50	1 539,28	1 426,78	1 268,25
6237	Medicamentos e artigos para a saúde	12,20	0,00	(12,20)	(100,00)
6239	Outros materiais diversos de consumo	986,75	35,90	(950,85)	(96,36)
6241	Eletricidade	1 644 945,62	1 849 987,86	205 042,24	12,46
6242	Combustíveis e lubrificantes	395 656,20	515 980,44	120 324,24	30,41
6243	Água	2 971,96	3 150,43	178,47	6,01
6244	Outros Fluídos	12 537,13	11 745,22	(791,91)	(6,32)
6251	Deslocações e estadas	3 985,96	4 558,26	572,30	14,36
6253	Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	18,78	0,00	(18,78)	(100,00)
6254	Transporte escolar	435 224,25	480 308,09	45 083,84	10,36
6255	Transporte de doentes	0,00	3 747,19	3 747,19	0,00
6259	Outros	21 703,71	2 140,89	(19 562,82)	(90,14)
6261	Rendas e alugueres	246 968,72	305 325,01	58 356,29	23,63
6262	Comunicação	194 382,52	209 674,09	15 291,57	7,87
6263	Seguros	117 517,94	136 471,68	18 953,74	16,13
6264	Royalties	68,00	0,00	(68,00)	(100,00)
6265	Contencioso e notariado	19 731,38	22 263,96	2 532,58	12,84
6266	Despesas de representação dos serviços	660,14	1 761,03	1 100,89	166,77
6267	Limpeza, higiene e conforto	16 034,26	7 569,21	(8 465,05)	(52,79)
6269	Outros serviços	418 712,50	610 416,01	191 703,51	45,78
	TOTAL	**7 112 172,63**	**8 311 678,13**	**1 199 505,50**	**16,87**

Nota 23 - Outros gastos

Conta	Descrição	2020	2021	Variação 2020/2021	
				Valor	%
601	Transferências correntes concedidos	1 188 965,45	1 169 098,14	(19 867,31)	(1,67)
602	Subsídios correntes concedidos	0,00	250,00	250,00	0,00
604	Transferências de capital concedidas	1 530 086,23	2 739 831,03	1 209 744,80	79,06
60	**Transferências de capital concedidas**	**2 719 051,68**	**3 909 179,17**	**1 190 127,49**	43,77
641	Propriedades de investimento	51 943,92	3 383,67	(48 560,25)	(93,49)
642	Ativos fixos tangíveis	7 733 265,61	7 886 520,15	153 254,54	1,98
643	Ativos intangíveis	255 102,21	355 101,59	99 999,38	39,20
64	**Gastos de depreciação e de amortização**	**8 040 311,74**	**8 245 005,41**	**204 693,67**	2,55
66	**Aumentos/Reduções de justo valor**	**320,00**	0,00	(320,00)	(100,00)
681	Impostos e taxas	93 710,37	93 605,46	(104,91)	(0,11)
682	Descontos de pronto pagamento concedidos	33,05	28,51	(4,54)	(13,74)
683	Dívidas oncobráveis	0,00	216,33	216,33	0,00
684	Perdas em inventários	122,97	822,67	699,70	569,00
685	Gastos em entidades controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
686	Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	19 089,08	0,00	(19 089,08)	(100,00)
687	Gastos em investimentos não financeiros	29 109,94	31 363,85	2 253,91	7,74
688	Outros	510 031,19	541 124,10	31 092,91	6,10
68	**Outros gastos**	**652 096,60**	**667 160,92**	**15 064,32**	2,31
691	Juros e encargos suportados	129 684,76	115 650,22	(14 034,54)	(10,82)
698	Outros gastos de financiamento	32 491,31	28 023,16	(4 468,15)	(13,75)
69	**Gastos por juros e outros encargos**	**162 176,07**	**143 673,38**	**(18 502,69)**	(11,41)
	TOTAL	**11 573 956,09**	**12 965 018,88**	**1 391 062,79**	**12,02**

Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do grupo municipal

Nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2016 e 2017 foi divulgado um contrato de promessa de compra e venda e de cessão de exploração de estabelecimento entre a ABAP –

Documento Assinado Digitalmente

Associação Beira Atlântico Parque, a BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia estas entidades e a Cantadviser, S.A. A 28 de março de 2018 foram outorgados escritura de "Compra e venda" e contrato de "Cessão de Exploração de Estabelecimento", constituídos como um negócio uno e incindível.

O quadro seguinte sintetiza o objeto da escritura.

Entidade	Objeto	Registo	Matriz	Valor
Associação Beira Atlântico Parque	Edfício Sede	9 356	4 731	2 000 000,00
	Lote 1	9 355	3 952	750 000,00
	Lote 11 A	9 365	3 953	175 000,00
Subtotal				**2 925 000,00**
Biocant - Associação de Transferência de Tecnologia	Edificio Biocant	9 357	4 617	1 300 000,00
Subtotal				**1 300 000,00**
TOTAL DA VENDA				**4 225 000,00**

De acordo com a escritura referida, a ABAP vendeu à Cantadviser o Edifício Sede da ABAP (Lote 2) e dois lotes de terreno (Lote 1 e Lote 11 A) e a BIOCANT vendeu o Edifício Biocant I (Lote 3), integrantes dos seus ativos. A Cantadviser, S.A. pagou a totalidade daqueles preços. A título de sinal, transferiu 13% e 38% daqueles montantes, em 2017 e em janeiro de 2018, respetivamente, e entregou cheques bancários dos montantes restantes no dia da escritura.

A transmissão é efetuada sob condição da compradora, ou qualquer outra entidade que venha a adquirir, locar, gerir ou deter a exploração do "BIOCANT PARK" prosseguir os objetivos discriminados. O incumprimento confere às associações o direito de **resolução** durante um período de **20 anos**, implicando o pagamento de 50% do valor contabilístico do imóvel à data do exercício desse direito, não se incluindo os bens móveis existentes.

A escritura dá por reproduzidas as **declarações e garantias prestadas** pela ABAP e BIOCANT, em diversas cláusulas do contrato de promessa de compra e venda de 7 de agosto de 2017.

Quanto ao contrato de "Cessão de Exploração de Estabelecimento" de 28 de março de 2018, a BIOCANT e a ABAP cedem temporariamente à Cantadviser, S.A., pelo período de 20 anos, pelo preço de 200.000,00 euros, a ser pago em 20 prestações iguais, anuais e sucessivas, no valor de 10.000,00 euros, a exploração dos respetivos estabelecimentos e dos Imóveis, abaixo descritos:

- Estabelecimento de escritório e laboratórios composto por bens móveis e imóveis:
  - Mobiliário e equipamento do Edifício Sede da ABAP (Lote 2);
  - Mobiliário e equipamento do Edifício Biocant I (Lote 3);
  - Edifício Biocant PMES (Lote 4A – Lotes 4,5,6 e 7), incluindo bens, equipamentos e contratos;
  - Edifício Biocant III (Lote 14/15), incluindo bens e equipamentos;
- Utilização das marcas BIOCANT (marca n.º 401500), BIOCANT PARK (marca 397321) e O BIOCAS E A BIOCAS (marca nº 502620);
- Contratos de instalação dos edifícios vendidos e dos edifícios cedidos;
- Contratos de trabalho identificados.

A Cantadviser, S.A., enquanto investidor imobiliário privado, adquire o referido imobilizado e assume a gestão do BIOCANT Park.

Exceciona-se o Edifício UC-Biotech (Lote 8, 9 e 10), de cuja propriedade é titular o Centro de Neurociência e Biologia Celular da Universidade de Coimbra.

Documento Assinado Digitalmente

Estabelecem-se os seguintes laboratórios excecionados, cuja atividade e exploração continuará a ser exercida pela Biocant enquanto se mantiver a exploração das plataformas tecnológicas: Unidade Piloto de Biotecnologia Industrial Laboratório n.º 2 e Laboratório n.º 1, ambos no Edifício Biocant PMES, Laboratórios n.º 6 e n.º 6ª no Edifício Biocant III e Laboratório n.º 5 no Edifício Biocant.

O Município é também proprietário e legítimo possuidor dos lotes 12, 16 e 17 que compõe o loteamento.

A Cantadviser, S.A. registou a alteração da sua designação social para Biocant Park, S.A. a 13 junho de 2018. Por sua vez, o registo comercial daquela sociedade comercial privada a partir de 17 de janeiro de 2019 passou a incluir no seu objeto as seguintes alusões à atividade das referidas associações: "Faz de igual forma parte integrante do objeto social da sociedade, a prossecução e desenvolvimento do conjunto de atividades que vêm sendo prosseguidas pelas associações ABAP - Associação Beira Atlântico Parque e Biocant - Associação de Transferência de Tecnologia, no estrito cumprimento dos objetos sociais das referidas associações e do conjunto de poderes, prerrogativas, direitos, obrigações, deveres, encargos e condições emergentes da formalização entre as partes da compra e venda de imóveis detidos pelas preditas associações e da cessão de exploração da atividade por aquelas exercida no denominado "BIOCANT PARK", enquanto parque de biotecnologia, sedeado em Cantanhede, que visa o patrocínio, desenvolvimento e aplicação do conhecimento avançado na área das Ciências da Vida".

As demonstrações financeiras de 2018, auditadas e aprovadas das duas Associações, transmitem que foi refletida contabilisticamente a totalidade dos efeitos da referida escritura no período de 2018 e não se observa qualquer reexpressão dos comparativos de 2017. Os correspondentes relatórios do auditor não contêm reservas, ênfases ou incerteza material relacionada com a continuidade.

No entanto, nelas não se apresenta ou divulga informação individualizada e sistemática desses efeitos, nomeadamente, distinção dos resultados e fluxos de caixa relativos às unidades operacionais alienadas, do resto da entidade.

Face ao exposto e atendendo às perspetivas futuras divulgadas nas Demonstrações Financeiras das Associações, não dispomos de informação suficiente e fiável que justifique provisionar o valor escriturado na conta de investimentos financeiros, relativamente à participação da ABAP.

Nota final

As notas, cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a esta consolidação ou, a sua apresentação, não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Os valores monetários aparecem, nos quadros, expressos em euros.

A adoção do SNC AP não se encontra completa pelo Município de Cantanhede. Apesar das situações de ajustamento de transição que foram resolvidas, identificam-se situações de maior complexidade em que o Município necessitará de um período mais alargado para a sua adoção, nomeadamente o subsistema de Contabilidade de Gestão, os ativos fixos tangíveis e intangíveis, as propriedades de investimento, as obras por administração direta, bem como o sistema de controlo interno relativo à preparação do relato financeiro de periodicidades aplicáveis.

O órgão executivo avaliou que as situações em causa se enquadravam no processo de transição para SNC AP e que a sua complexidade se enquadra no quadro referencial previsto na IPSAS 33, por aplicação supletiva (artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro). Competindo ainda a este órgão assegurar as respetivas justificações e divulgações, apresentam-se os principais fundamentos:

- diversidade de casos específicos de complexidade;
- insuficientes orientações técnicas dos organismos que possibilitem a adequada e célere aplicação;
- desequilíbrio entre as exigências e os recursos humanos, agravado em circunstância COVID-19.

Documento Assinado Digitalmente

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Documento Assinado Digitalmente

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Documento Assinado Digitalmente

Município de Cantanhede

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

	RUBRICA RECEBIMENTOS	2021
	Saldo da gerência anterior	**3 230 812,47**
	Operações Orçamentais [1]	2 630 899,70
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00
	Operações de tesouraria [A]	599 912,77
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00
	Receita corrente	**28 969 623,47**
R1	Receita Fiscal	8 443 455,91
R1.1	Impostos diretos	8 443 455,91
R1.2	Impostos indiretos	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúd	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	377 679,17
R4	Rendimentos de propriedade	1 184 952,28
R5	Transferências e subsídios correntes	10 683 988,02
R5.1	Transferências correntes	10 683 988,02
R5.1.1	Administrações Públicas	10 678 850,54
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	10 673 767,58
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	5 082,96
R5.1.2	Exterior - U E	0,00
R5.1.3	Outras	5 137,48
R5.2	Subsídios correntes	0,00
R6	Venda de bens e serviços	7 139 417,21
R7	Outras receitas correntes	1 140 130,88
	Receita de capital	**9 374 767,37**
R8	Venda de bens de investimento	976 185,36
R9	Transferências e subsídios de capital	5 296 998,44
R9.1	Transferências de capital	5 296 998,44
R9.1.1	Administrações Públicas	5 296 998,44
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	5 259 787,73
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	37 210,71
R9.1.2	Exterior - U E	0,00
R9.1.3	Outras	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00
R10	Outras receitas de capital	3 101 583,57
R11	**Reposições não abatidas aos pagamentos**	**33 645,23**
	Receita efetiva [2]	**38 378 036,07**
	Receita não efetiva [3]	**3 239 514,14**
R12	Receita com ativos financeiros	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	3 239 514,14
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	**44 248 449,91**
	Operações de tesouraria [B]	**321 485,27**

	RUBRICA PAGAMENTOS	2021
	Despesa corrente	**22 096 806,29**
D1	Despesas com o pessoal	9 817 365,28
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	7 705 612,73
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	197 137,64
D1.3	Segurança Social	1 914 614,91
D2	Aquisição de bens e serviços	8 811 774,44
D3	Juros e outros encargos	203 033,36
D4	Transferências e subsídios correntes	1 183 551,72
D4.1	Transferências correntes	1 183 551,72
D4.1.1	Administrações Públicas	383 549,83
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	14 124,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	369 425,83
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	559 168,54
D4.1.3	Famílias	187 953,35
D4.1.4	Outras	52 880,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00
D5	Outras despesas correntes	2 081 081,49
	Despesa de capital	14 208 151,21
D6	Aquisição de bens de capital	11 399 375,47
D7	Transferência e subsídios de capital	2 736 503,98
D7.1	Transferências de capital	2 736 503,98
D7.1.1	Administrações Públicas	1 845 342,02
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	1 845 342,02
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	888 288,71
D7.1.3	Famílias	2 873,25
D7.1.4	Outras	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00
D8	Outras despesas de capital	72 271,76
	Despesa efetiva [5]	**36 304 957,50**
	Despesa não efetiva [6]	**5 038 173,45**
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	5 038 173,45
	Soma [7]=[5]+[6]	**41 343 130,95**
	Operações de tesouraria [C]	**127 673,56**
	Saldo para a gerência seguinte	**3 699 043,44**
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2 905 318,96
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	793 724,48
	Saldo global [2] - [5]	**2 073 078,57**
	Despesa primária	36 101 924,14
	Saldo corrente	6 872 817,18
	Saldo de capital	(4 833 383,84)
	Saldo primário	2 276 111,93
	Receita total [1] + [2] + [3]	**44 248 449,91**
	Despesa total [5] + [6]	**41 343 130,95**

Documento Assinado Digitalmente

ANEXOS

Documento Assinado Digitalmente

ANEXO I
POLÍTICAS CONTABILISTICAS

Documento Assinado Digitalmente

Cantanhede Município

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS				
Rubricas	**Município**	**INOVA**	**ABAP**	**BIOCANT**
ATIVOS FIXOS TANGIVEIS	Os ativos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, sendo posteriormente deduzidos das correspondentes depreciações e, caso existam, perdas por imparidade. Informamos que na transição efetuada para o SNC-AP as vidas úteis dos ativos intangíveis forma mantidas. Os ativos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, sendo posteriormente deduzidos das correspondentes depreciações e caso existam perdas por imparidade. Informamos que na transição efetuada para o SNC-AP as vidas úteis dos ativos intangíveis forma mantidas.	Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, conforme se trate de ativos adquiridos ou próprios, respetivamente, deduzidos das depreciações. Para os bens que foram transferidos da Câmara Municipal de Cantanhede para a INOVA em 2002, foi adotado o custo considerado.As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada. As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados. As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem. Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).	Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes duodecimais anuais, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.	Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes duodecimais anuais, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	Os investimentos financeiros, ou seja, as partes de capital que o Município detém em diversas entidades societárias e não societárias, são valorizados ao custo de aquisição. É utilizado o MEP para reconhecer, no final de cada exercício económico, o valor contabilístico das participações de capital, na proporção exata da percentagem detida, apresentando-se em conta própria a evolução dos seus resultados. Este método aplica-se para as entidades nas quais a Autarquia exerce influência significativa.		Os investimentos financeiros que representam participações de capital em subsidiárias ou associadas são mensurados pelo método da equivalência patrimonial. O custo de aquisição de uma participação é acrescido ou reduzido da quantia correspondente à proporção nos resultados líquidos da entidade participada; da quantia correspondente à proporção noutras variações nos capitais próprios da entidade participada; da quantia dos lucros distribuídos à participação; e da quantia da cobertura de prejuízos que tenha sido deliberada. A rubrica de investimentos noutras empresas inclui os investimentos em entidades na qual a associação não exerce controlo nem influência significativa. As participações são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respetivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em juros e outros rendimentos similares.	Os investimentos financeiros que representam participações de capital em subsidiárias ou associadas são mensurados pelo método da equivalência patrimonial. O custo de aquisição de uma participação é acrescido ou reduzido da quantia correspondente à proporção nos resultados líquidos da entidade participada; da quantia correspondente à proporção noutras variações nos capitais próprios da entidade participada; da quantia dos lucros distribuídos à participação; e da quantia da cobertura de prejuízos que tenha sido deliberada. A rubrica de investimentos noutras empresas inclui os investimentos em entidades na qual a associação não exerce controlo nem influência significativa. As participações são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respetivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em juros e outros rendimentos similares.
INVENTÁRIOS	Os inventários são reconhecidos, entre outros são reconhecidos, pelos bens adquiridos para revenda, as matérias-primas e os materiais usados na produção, produtos acabados ou produtos em curso de produção. Estes são mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o gasto com a aquisição, assim como, os gastos adicionais de compra incorridos para que os inventários sejam colocados no devido local e em devidas condições.	Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.	Estão registados ao custo de aquisição. As saídas são contabilizadas ao FIFO, utilizando o sistema periódico.	Estão registados ao custo de aquisição. As saídas são contabilizadas ao FIFO, utilizando o sistema periódico.

Documento Assinado Digitalmente

Cantanhede Município

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS				
Rubricas	**Município**	**INOVA**	**ABAP**	**BIOCANT**
CAIXA E DEPÓSITOS	Os depósitos em instituições financeiras e os respetivos valores constantes em caixa representam o valor dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.	Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.	Os montantes incluídos nos meios financeiros líquidos incluem os valores de caixa e depósitos bancários à ordem.	Os montantes incluídos nos meios financeiros líquidos incluem os valores de caixa e depósitos bancários à ordem.
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	As provisões são reconhecidas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente, que tenha resultado de um evento passado e que para a resolução dessa obrigação, que tenha que ocorrer uma saída de recursos sendo assim ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa possível nessa data		Não aplicável.	Não aplicável.
OUTRAS CONTAS A RECEBER E PAGAR	As dívidas de e a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira. Quando existirem dívidas de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa, procede-se à sua transferência para a rubrica de clientes de cobrança duvidosa.	As dívidas de clientes estão mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade. São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a INOVA não irá receber os montantes que lhe são devidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento, incumprimento há mais de 6 meses, dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de falência do devedor.As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial	Os empréstimos e as contas a pagar não correntes são registados no passivo pelo custo. As dívidas de clientes e outros devedores são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.	Os empréstimos e as contas a pagar não correntes são registados no passivo pelo custo. As dívidas de clientes e outros devedores são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que estes são reconhecidos à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de devedores e credores por acréscimos (periodização económica).		Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que estes são reconhecidos à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de devedores e credores por acréscimos (periodização económica).	Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que estes são reconhecidos à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de devedores e credores por acréscimos (periodização económica).
IMPOSTOS DIFERIDOS		O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Ambos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio. O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda alguns gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato		

Documento Assinado Digitalmente

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS				
Rubricas	**Município**	**INOVA**	**ABAP**	**BIOCANT**
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS PARA INVESTIMENTOS	Os subsídios ao investimento são registados em proveitos diferidos, nomeadamente os proveitos que advém dos financiamentos aos investimentos realizados pela Autarquia, quer sejam cofinanciados por fundos nacionais, europeus ou oriundos de outras fontes, corrigindo-se anualmente pelo valor afeto às depreciações do ativo a que respeita, na proporção do cofinanciamento.	Os subsídios recebidos apenas são reconhecidos quando exista uma certeza razoável de que a INOVA irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Os subsídios para investimento (provenientes de fundos comunitários, do Município de Cantanhede e de comparticipações efetuadas por clientes para financiamento de infraestruturas de água, saneamento e resíduos) associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, deduzido do valor relativo ao reconhecimento do passivo fiscal que lhe está associado. Subsequentemente são imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. Os restantes subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Existem ainda outros subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados que são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis	Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Associação irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos. Os subsídios atribuídos ao Biocant, a fundo perdido, para financiamento de ativos são registados no capital próprio (593 Subsídios) e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos financiados.	Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Associação irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos. Os subsídios atribuídos ao Biocant, a fundo perdido, para financiamento de ativos são registados no capital próprio (593 Subsídios) e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos financiados.
LOCAÇÃO FINANCEIRA	Relativamente aos contratos de locação financeira é dado cumprimento ao princípio da substancia sobre a forma, sendo transferidos do locador para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à detenção de um ativo, independentemente de se vir a concretizar ou não a transferência do título de propriedade.	As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário.	Não aplicável.	Não aplicável.

Documento Assinado Digitalmente

RESPONSÁVEIS PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Documento Assinado Digitalmente

MODELO 3.1 - Responsáveis pelas demonstrações financeiras - SNCAP

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

Período de relato:01-01-2021 a 16-10-2021

Responsabilidade pelas demonstrações financeiras cfr. parágrafo 12 NCP 1)	Nome	Cargo / Órgão
Elaboração	José Alberto Ârede Negrão	Diretor de Departamento Admnistrativo e Financeiro
Apresentação e divulgação	Maria Helena Rosa de Teodósio e Gruz Gomes de Oliveira	Presidente da Câmara
Aprovação	João Carlos Vidaurre Pais de Moura	Presidente da Assembleia Muncipal

Documento Assinado Digitalmente

MODELO 3.1 - Responsáveis pelas demonstrações financeiras - SNCAP

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE		
Período de relato:16-10-2021 a 31-12-2021		
Responsabilidade pelas demonstrações financeiras cfr. parágrafo 12 NCP 1)	**Nome**	**Cargo / Órgão**
Elaboração	José Alberto Ârede Negrão	Diretor de Departamento Admnistrativo e Financeiro
Apresentação e divulgação	Maria Helena Rosa de Teodósio e Gruz Gomes de Oliveira	Presidente da Câmara
Aprovação	João Carlos Vidaurre Pais de Moura	Presidente da Assembleia Muncipal

Documento Assinado Digitalmente

RESPONSÁVEIS PELAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Documento Assinado Digitalmente

MODELO 4 - Responsáveis pelas demonstrações orçamentais - SNCAP

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

Período de relato:01-01-2021 a 16-10-2021

Responsabilidade pelas demonstrações orçamentais (cfr. parágrafo 44 da NCP 26)	Nome	Cargo / Órgão
Elaboração	José Alberto Ârede Negrão	Diretor de Departamento Admnistrativo e Financeiro
Apresentação	Maria Helena Rosa de Teodósio e Gruz Gomes de Oliveira	Presidente da Câmara
Aprovação	João Carlos Vidaurre Pais de Moura	Presidente da Assembleia Muncipal

Documento Assinado Digitalmente

MODELO 4 - Responsáveis pelas demonstrações orçamentais - SNCAP

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE
Período de relato:16-10-2021 a 31-12-2021

Responsabilidade pelas demonstrações orçamentais (cfr. parágrafo 44 da NCP 26)	Nome	Cargo / Órgão
Elaboração	José Alberto Ârede Negrão	Diretor de Departamento Admnistrativo e Financeiro
Apresentação	Maria Helena Rosa de Teodósio e Gruz Gomes de Oliveira	Presidente da Câmara
Aprovação	João Carlos Vidaurre Pais de Moura	Presidente da Assembleia Muncipal

Documento Assinado Digitalmente

auren

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Cantanhede** (o Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 149.294.312 euros e um total de património líquido de 127.755.436 euros, incluindo um resultado líquido de 1.151.935 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 a 2 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Cantanhede** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião com reservas

1. Os registos do subsistema de contabilidade financeira do Município têm correspondência em fichas de cadastro, mas não se considera concluído o cadastro dos bens e direitos, sua identificação, localização, datas, critério, taxa, perdas por imparidade, base de mensuração, restrições de titularidade, indicadores do controlo sobre o recurso e divulgações requeridas. Este extenso e complexo processo tem suportado registos de regularização relevantes em períodos anteriores, nomeadamente devido a obras por administração direta, itens decorrentes de alvarás de loteamento, itens adquiridos em transações sem contraprestação, acordos de concessão, itens com partes significativas, em propriedade alheia ou em poder de terceiros. Os erros corrigidos no período corrente, sem reexpressão, reduziram o património líquido em aproximadamente 5.500.000 euros (nota18 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas). Identificámos situações de aplicação desadequada ou de insuficiência de informação que permita a apreciação das políticas contabilísticas e divulgações. Neste contexto, consideramos não ter obtido prova de auditoria suficiente e apropriada relativamente às quantias em ativos fixos tangíveis, intangíveis, propriedades de investimento e respetivas rúbricas de resultados ou de balanço, incluindo correspondentes subsídios, que nos permitisse determinar os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, que podem ser materiais, mas não profundos.

2. As notas 20 e 23 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas contêm divulgação da percentagem de participação na ABAP-Associação Beira Atlântico Parque e BIOCANT-Associação de Transferência de Tecnologia (próxima dos 100%), bem como do negócio em anos anteriores com sociedade privada, com implicações a longo prazo. Atualmente, aquela sociedade tem a firma de Biocant Park, S.A. e inclui no seu objeto social as atividades das referidas associações.

AUREN AUDITORES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Inscrição O. R. O. C. n.º 123 Registo C. M. V. M. n.º 20161441 Matrícula C. R. C. Lisboa n.º 12772 Capital: € 75.000 NIF/VAT: 503 373 885

Documento Assinado Digitalmente

Rua da Paz, 66, 6.º, 6.2
4050-461 Porto / Portugal
Tel: +351 226 060 770
auren.porto@auren.pt

Tendo por base as demonstrações financeiras 2021 destas associações, preparadas no pressuposto da continuidade, contribuem para o consolidado com ativos na ordem dos 10.000 milhões de euros. Estes ativos são constituídos maioritariamente por bens e direitos que, por norma, não são transacionáveis, destinando-se a servir de forma duradoura a atividade. Em particular, integra imóveis dados como garantia, cofinanciados por fundos europeus e ativos decorrentes de investimentos em entidades privadas. Os capitais próprios agregados são essencialmente definidos por resultados transitados negativos (na ordem dos 6.700 milhões de euros) e por subsídios relacionados com ativos sujeitos ao cumprimento de condições (na ordem dos 6.100 milhões de euros), estando os seus resultados de 2021 afetados pelo efeito positivo de eventos circunstanciais. Por outro lado, evidenciam a perda de atividade decorrente da magnitude das alterações estruturais e o abandono da gestão e exploração do BIOCANT PARK, mantendo, todavia, o financiamento através de quotizações do Município.

O Grupo continua a avaliar estas associações como entidades controladas, o que, nos termos definidos no SNC-AP, exige ter, cumulativamente, poder e exposição a benefícios. Contudo, as condições afetam o papel que desempenhavam e os serviços que prestavam (desempenho), necessitando de financiamento para continuarem a existir (sustentabilidade financeira), pelo que indicam uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a continuidade de ambas, e consequentes efeitos na realização de ativos e ao nível de passivos (sustentabilidade a longo prazo). Identificam-se, assim, fatores que podem indicar perdas por imparidade ou obrigações vinculativas, a reconhecer nas demonstrações financeiras consolidadas, sem que tenha sido estimada a quantia recuperável de serviço, prescrita nas normas de contabilidade pública aplicáveis. As divulgações não permitem ao utilizador compreender as atividades desenvolvidas por cada uma das associações e qual o desempenho que lhes corresponde que constitua o interesse do Grupo, de modo separado das atividades desenvolvidas pela sociedade privada, nem os termos desse relacionamento. Igualmente, não permitem avaliar a natureza e a âmbito de eventuais restrições significativas à capacidade do Grupo aceder a (ou usar) ativos e liquidar passivos. São também omissas quanto às alterações e incerteza decorrentes da denúncia em 2021 de protocolo por entidade terceira, relativo ao laboratório de microbiologia, que determinou o retorno de recursos humanos cedidos.

Por referência às normas de contabilidade pública aplicáveis, entendemos serem insuficientes as divulgações e não se encontrar disponível informação que nos permita concluir quanto aos possíveis efeitos desta matéria no Município.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficias de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficias de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Conforme indicação expressa na nota final do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a adoção do SNC-AP não se encontra completa no segundo ano de implementação pelo Município. O órgão de gestão procedeu à avaliação, divulgação e justificação dos respetivos motivos, tratando as situações que identifica no quadro referencial previsto na IPSAS 33, por aplicação supletiva (artigo 13.º do decreto-lei n.º 192/2015). Também as suas divulgações evidenciam tal estado, incluindo no que respeita a políticas

Documento Assinado Digitalmente

contabilísticas, a conteúdos não comparáveis, a erros materiais de períodos anteriores e a participações financeiras, e verificam-se questões de redação e de forma que podem prejudicar a compreensibilidade.

Em particular, das divulgações no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, tende a não resultar percetível que o referencial contabilístico da entidade consolidante (SNC-AP) difere do adotado pelas restantes entidades do perímetro, Inova – Empresa de Desenvolvimento Económico de Cantanhede, E.M. – S.A., ABAP-Associação Beira Atlântico Parque e a BIOCANT-Associação de Transferência de Tecnologia (Sistema de Normalização Contabilística, SNC). O Grupo considerou que estas não aplicaram políticas contabilísticas diferentes para transações e acontecimentos semelhantes em circunstâncias semelhantes, não tendo feito ajustamentos às demonstrações financeiras destas entidades, na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, que devem utilizar políticas contabilísticas uniforme, nos termos das disposições da NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. Contudo, apesar da aproximação ao SNC permitida pelo SNC-AP, existem julgamentos, pressupostos e fontes de incerteza de estimativas que envolvem risco significativo. Idenfica-se, nomeadamente, risco em participações e na eliminação do resultado não realizado em operações internas ocorridas em anos anteriores, por dificuldades intrínsecas ao processo de identificação e valorização de factos patrimoniais.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma

Documento Assinado Digitalmente

distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Os requisitos estabelecem que as demonstrações orçamentais consolidadas compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2021.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Considerando o método prescrito na NCP 26, verifica-se que a preparação da demonstração consolidada do desempenho orçamental não foi suportada por contas da classe zero (Contabilidade Orçamental) das entidades do perímetro, que não o Município, as quais não prepararam contas em SNC-AP ou demonstrações orçamentais. Por outro lado,

Documento Assinado Digitalmente

não foi apresentada demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza. Consequentemente, ao nível do perímetro identificado pelo Grupo para efeito de demonstrações orçamentais, concluímos que não foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato relativamente ao Grupo, previstos na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do "Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas", exceto quanto ao efeito da matéria referida na secção "Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas" acima, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

O relatório de gestão consolidado não fornece informação de questões, transações e eventos mais significativos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, nem os fatores que exerceram maior influência. Em particular, no que respeita às atividades desenvolvidas pelo Grupo no ano em causa, a medidas e impactos da pandemia Covid-19 no Grupo, a principais riscos e incertezas; não contém as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão; e não contém indicação expressa da adoção do SNC-AP não se encontrar completa ou remissão para a informação correspondente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Porto, 7 de junho de 2022

AUREN AUDITORES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por:

Regina Melo e Maia de Sá

Regina Melo e Maia de Sá
R.O.C. n.º 1035

Documento Assinado Digitalmente

Câmara Municipal / Assembleia Municipal

ENCERRAMENTO

A presente **Prestação de Contas Consolidadas** e documentos anexos, composta por **69 páginas**, devidamente numeradas, foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de Cantanhede, realizada em **7 de junho de 2022** e assinado eletronicamente.

A Presidente da Câmara,

Maria Helena Rosa de Teodosio e Cruz Gomes de Oliveira — Assinado de forma digital por Maria Helena Rosa de Teodosio e Cruz Gomes de Oliveira Dados: 2022.06.07 11:07:33 +01'00'

Os Vereadores:

[Assinatura Qualificada] Pedro António Vaz Cardoso — Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Pedro António Vaz Cardoso Dados: 2022.06.07 11:08:43 +01'00'

CARLOS SÉRGIO RAMOS DE OLIVEIRA NEGRÃO — Assinado de forma digital por CARLOS SÉRGIO RAMOS DE OLIVEIRA NEGRÃO Dados: 2022.06.07 11:16:59 +01'00'

FERNANDO MANUEL MONTEIRO PAIS ALVES — Assinado de forma digital por FERNANDO MANUEL MONTEIRO PAIS ALVES Dados: 2022.06.07 11:10:12 +01'00'

CÉLIA MARIA DE SÃO JOSÉ SIMÕES — Assinado de forma digital por CÉLIA MARIA DE SÃO JOSÉ SIMÕES Dados: 2022.06.07 11:11:55 +01'00'

[Assinatura Qualificada] Adérito Ferreira Machado — Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Adérito Ferreira Machado Dados: 2022.06.07 11:13:04 +01'00'

JOSÉ GOMES MARQUES DOS SANTOS — Assinado de forma digital por JOSÉ GOMES MARQUES DOS SANTOS Dados: 2022.06.07 11:18:19 +01'00'

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

A Prestação de Contas Consolidadas que antecedeu mereceu aprovação por (1) maioria da Assembleia Municipal (2) _____ _____, em sua sessão ordinária do dia **28 de junho de 2022**, fica assinado eletronicamente pelos seus membros abaixo indicados:

O Presidente,

JOÃO CARLOS VIDAURRE PAIS DE MOURA — Assinado de forma digital por JOÃO CARLOS VIDAURRE PAIS DE MOURA Dados: 2022.06.28 16:49:42 +01'00'

O 1º Secretário

JOSÉ MARIA MAIA GOMES — Assinado de forma digital por JOSÉ MARIA MAIA GOMES Dados: 2022.06.28 16:53:25 +01'00'

O 2º Secretário

MARIA DO CARMO DE JESUS CANTARINHO — Assinado de forma digital por MARIA DO CARMO DE JESUS CANTARINHO Dados: 2022.06.28 16:51:44 +01'00'

(1) – Unanimidade ou maioria…;

(2) – Excepto quanto à matéria inscrita a fls…, sob os n.ºs…

Documento Assinado Digitalmente